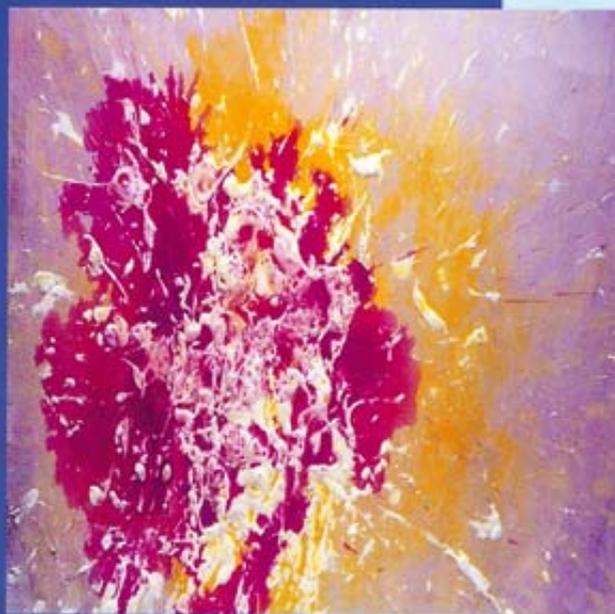


SOCIALISMO
EM DISCUSSÃO

CELSO DANIEL

MARINA SILVA MIGUEL ROSSETTO LADISLAV DOWBOR



PODER LOCAL
E SOCIALISMO



EDITORA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

O SEGUNDO CICLO DO SEMINÁRIO SOCIALISMO E DEMOCRACIA DEDICOU-SE AO EXAME DE QUESTÕES CONCRETAS QUE ESTÃO SENDO POSTAS PARA AS ESQUERDAS NO BRASIL. A ABORDAGEM DESSAS QUESTÕES JUNTOU AS URGÊNCIAS DE CURTO PRAZO COM A PERSPECTIVA HISTÓRICA MAIS LARGA DO FUTURO. POR ISSO, OS VÁRIOS TEMAS FORAM TRABALHADOS, SEMPRE, PERGUNTANDO-SE QUAIS SÃO SUAS INTERAÇÕES COM O SOCIALISMO. FORAM ABORDADOS TEMAS COMO A RICA EXPERIÊNCIA – QUE A VÁRIOS TÍTULOS REPRESENTA UMA ENORME INOVAÇÃO POLÍTICA – DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO, O PLANEJAMENTO URBANO, A REFORMA AGRÁRIA E O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM-TERRA, AS FORMAS CONTEMPORÂNEAS DA LUTA SOCIAL, A DECISIVA REVOLUÇÃO MOLECULAR-DIGITAL E A VIRADA DA INFORMAÇÃO, E, POR ÚLTIMO, AS COMPLEXAS RELAÇÕES ECONÔMICAS INTERNACIONAIS NA ERA DA CHAMADA GLOBALIZAÇÃO.

O EXAME TRAVEJOU, SEMPRE, A EXPERIÊNCIA DAS LUTAS COM A REFLEXÃO QUE PROCURAVA PROJETÁ-LAS E ENTENDÊ-LAS NO QUADRO DA TRANSFORMAÇÃO URGENTE E RADICAL. NÃO PARA UM DIA QUALQUER POSTERIOR À REVOLUÇÃO, MAS DIUTURNAMENTE.

FRANCISCO DE OLIVEIRA

ISBN 85-80469-69-6



9 788586 469695



EDITORA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

PODER LOCAL
E SOCIALISMO

Fundação Perseu Abramo
Instituída pelo Diretório Nacional
do Partido dos Trabalhadores em maio de 1996

Diretoria

Luiz Dulci – presidente
Zilah Abramo – vice-presidente
Hamilton Pereira – diretor
Ricardo de Azevedo – diretor

Editora Fundação Perseu Abramo

Coordenação Editorial

Flamarion Maués

Assistentes Editoriais

Candice Quinelato Baptista
Viviane Akemi Uemura

Revisão

Maurício Balthazar Leal
Márcio Guimarães de Araújo

Capa e Projeto Gráfico

Gilberto Maringoni

Ilustração da Capa

Paulo França Lopes

Editoração Eletrônica

Enrique Pablo Grande

Impressão

Gráfica OESP

1ª edição: abril de 2002 – Tiragem: 4 mil exemplares

Todos os direitos reservados à

Editora Fundação Perseu Abramo

Rua Francisco Cruz, 234 – CEP 04117-091 – São Paulo – SP – Brasil

Telefone: (11) 5571-4299 – Fax: (11) 5571-0910

Na Internet: <http://www.fpabramo.org.br> – Correio eletrônico: editora@fpabramo.org.br

Copyright © 2002 by Editora Fundação Perseu Abramo — ISBN 85-86469-69-6

Socialismo em discussão

**PODER LOCAL
E SOCIALISMO**

Celso Daniel

Marina Silva, Miguel Rosseto e Ladislau Dowbor



EDITORA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Desenvolvimento local e socialismo / Celso Daniel... [et al.]. — São Paulo : Editora
Fundação Perseu Abramo, 2002. — (Coleção Socialismo em Discussão)

Outros autores: Marina Silva, Miguel Rossetto, Ladislau Dowbor

Bibliografia.
ISBN 85-86469-69-6

1. Democracia 2. Desenvolvimento econômico 3. Governo local 4. Socialismo I. Daniel,
Celso. II. Silva, Marina. III. Rossetto, Miguel. IV. Dowbor, Ladislau. V. Série

02-1513

CDD-320.531

Índices para catálogo sistemático:

1. Socialismo e democracia : Ciência política 320.531

Apresentação

Francisco de Oliveira 7

Nota do editor 9

Perspectivas que o desenvolvimento local e a distribuição de renda abrem à construção do socialismo

Celso Daniel 11

Perspectivas que o desenvolvimento local ... – Roteiro

Celso Daniel 37

Comentários

O caboclo, o pesquisador e a canoa

Marina Silva 47

Projeto local e projeto nacional

Miguel Rossetto 55

Urbanização e gestão social

Ladislau Dowbor 69

Debate com o público

Max Altmann 81

Inácio Teixeira Neto 84

Alencar 85

Valter Pomar 85

Paul Singer 87

Coordenador da mesa 88

Celso Daniel 89

Marina Silva 100

Miguel Rossetto 107

Ladislau Dowbor 111

Sobre os autores 117

Apresentação

Francisco de Oliveira

O segundo ciclo do seminário Socialismo e Democracia – reproduzido na coleção Socialismo em Discussão –, que o Instituto Cidadania, a Fundação Perseu Abramo e a Secretaria de Formação Política do Partido dos Trabalhadores realizaram no primeiro semestre de 2001, dedicou-se, desta vez, ao exame de questões concretas que estão sendo postas para o movimento das esquerdas no Brasil com urgência, particularmente a partir das expressivas vitórias nas eleições municipais de outubro de 2000. O Partido dos Trabalhadores, para não usurparmos a fala das outras formações da esquerda brasileira, foi chamado a dar soluções concretas aos já dramáticos problemas das cidades, herança de um longo ciclo histórico, agravados pelas políticas ou antipolíticas neoliberais dos últimos dez anos.

Entendeu-se que a votação cidadã optou pelo PT não apenas pela urgência da conjuntura, mas como uma orientação de outra perspectiva de desenvolvimento econômico, social, político e cultural, caucionada pela trajetória do partido desde sua criação e pela exemplaridade das administrações petistas ali onde a cidadania lhe tem entregue a gestão do Estado, em municípios e estados.

A abordagem das questões concretas juntou as urgências de curto prazo com a perspectiva histórica mais ampla do futuro. Por isso os vários

temas foram trabalhados, sempre, perguntando-se quais são suas interações com o socialismo. De modo que as gestões da esquerda não devem ser apenas o breve ciclo de uma administração, mas precisam também realizar concretamente, na vida cotidiana das cidades, das cidadãs e cidadãos, uma mudança cujo nome histórico é socialismo. Não para um dia qualquer posterior à revolução, mas diuturnamente. Desse modo, a perspectiva histórica do socialismo ajuda, orienta e valoriza medidas simples, ao alcance da cidadania, sem a grandiloquência dos grandes eventos, mas preparando-a para seu autogoverno.

Foram abordados o recado das urnas de 2000, a rica experiência, que a vários títulos representa uma enorme inovação política, do orçamento participativo, o planejamento urbano, a reforma agrária e o movimento dos trabalhadores sem-terra, as formas contemporâneas da luta social, a decisiva revolução molecular-digital e a virada da informação, e, por último, as complexas relações econômicas internacionais na era da chamada globalização. O exame travejou, sempre, a experiência das lutas com a reflexão que procurava projetá-las e entendê-las no quadro da transformação urgente e radical. Destacados militantes do Partido dos Trabalhadores, desde seu presidente de honra, novos dirigentes municipais, calejados quadros políticos, governadores e prefeitos, especialistas, reputados professores universitários, apoiados, discutidos e contestados por um público sempre numeroso e participante, dedicaram o tempo necessário para arejar o pensamento, desafiando o entendimento da nova complexidade. Assim, o PT busca juntar ação e reflexão, não apenas para preparar quadros, mas para assumir o mandato da transformação – como disse uma já clássica canção petista – “sem medo de ser feliz”.

Em nome da Comissão Organizadora,
Francisco de Oliveira

Nota do editor

Pela primeira vez a coleção Socialismo em Discussão publica um texto sem que ele tenha sido revisto e corrigido pelo autor. Em função do brutal assassinato do prefeito Celso Daniel em janeiro de 2002, somos obrigados a isso.

Por esse motivo, optamos por publicar também, logo após o texto transcrito da palestra, o roteiro preparado pelo então prefeito de Santo André para esta exposição, tal e qual ele o entregou aos organizadores do evento.

Agradecemos a Ivone de Santana e a Gilberto Carvalho por terem lido e feito correções e observações no texto transcrito da palestra, proferida no seminário Socialismo e Democracia, na sessão realizada em abril de 2001. Tais sugestões foram incorporadas à versão final.

Ressalte-se que os demais textos, de Marina Silva, Miguel Rossetto e Ladislau Dowbor, foram revistos e corrigidos pelos autores.

Ditas estas palavras necessárias sobre os textos de Celso Daniel publicados neste volume, resta-nos registrar nossa profunda indignação em relação ao modo como fomos privados de sua convivência. Um ato de violência e de covardia que nos deixa perplexos e é um retrato sem retoques de nosso país nos dias de hoje.

Esperamos que esta publicação, assim como outras que venham a ser feitas, ao nos colocar novamente em contato com o pensamento de Celso Daniel, seja uma forma, mesmo que insuficiente e incompleta, de tê-lo ainda conosco.

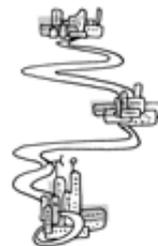
Perspectivas que o desenvolvimento local e a distribuição de renda abrem à construção do socialismo

Celso Daniel

Antes de mais nada, quero agradecer o convite da Fundação Perseu Abramo, do Instituto Cidadania e da Secretaria de Formação Política do PT para fazer essa exposição. Começo também dizendo que para mim é uma responsabilidade, até um pouco complicada, fazer uma apresentação vinculando as experiências de desenvolvimento local à proposta de socialismo. Mais complicado ainda, levando em consideração as pessoas que têm participado destes seminários e as pessoas que estão hoje aqui presentes. E sei, desde logo, que a abordagem da qual vai partir minha exposição significa estabelecer certas referências que estão longe de ser consensuais, digamos assim, dentro do Partido dos Trabalhadores ou da esquerda.

Mas prefiro partir disso, mesmo correndo o risco de criar mais problemas e mais divergências, a fazer uma exposição que partisse já diretamente da questão do desenvolvimento local.

Por isso dividirei minha exposição em quatro pontos. O primeiro deles chamo de duas dinâmicas contraditórias – sistema democrático e modo de produção capitalista; no segundo ponto, abordarei rapidamente o que



considero alguns importantes traços da herança da formação social brasileira e as transformações recentes pelas quais o Brasil tem passado. Um terceiro ponto, com algumas referências sobre socialismo, que já começam a criar condições para realizar um contato mais direto com o tema do desenvolvimento local; e uma conclusão sobre desenvolvimento local e sua vinculação com socialismo.

Sistema democrático e modo de produção capitalista – Sobre o primeiro ponto, trabalho a partir da idéia de que, na verdade, particularmente a partir do final do século XVIII, duas dinâmicas distintas, contraditórias, com muitos pontos de contato, se estabelecem no mundo ocidental. Elas são, por um lado, a constituição do modo de produção capitalista e, por outro, a constituição do Estado-nação moderno, que abre espaço para a emergência do próprio sistema democrático, entendido aqui, evidentemente, não como regime político, mas como sistema social.

Já a constituição do modo de produção capitalista, como todos sabemos, se nutre do Estado-nação sob diferentes regimes políticos, seja ditatorial, seja democrático.

Queria também lembrar que muito do que discutimos hoje a respeito de globalização e neoliberalismo creio que não é, ou pelo menos não deveria ser, tão novo assim, como muitas vezes imaginamos. Considero que, a esse respeito, a obra de Karl Polanyi *A grande transformação* é uma referência muito interessante, pois, ao buscar entender as origens dos grandes problemas que a humanidade viveu na década de 1930 e que tiveram seu ápice na Segunda Guerra Mundial, o autor conclui que eles tinham a ver com a tentativa de implementação do que ele considerava uma utopia irrealizável: o mercado auto-regulador, a idéia de que seria possível pela primeira vez na história fazer com que as próprias relações sociais ficassem submetidas às relações econômicas. Diz Polanyi

que as relações econômicas, evidentemente, sempre existiram na história da humanidade, mas isso é muito diferente de uma etapa em que as relações sociais têm de se ajustar ao figurino de uma economia de mercado auto-regulada, às relações econômicas assim constituídas. E afirma que essa é uma utopia irrealizável. Nem bem essa idéia evoluiu para a prática – a partir da Grã-Bretanha, que foi a nação hegemônica no século XIX e no início do século XX –, com a criação do mercado de trabalho livre, automaticamente a sociedade começou a reagir a essa tentativa de imposição, criando seus próprios mecanismos de autodefesa, sobretudo a criação de alternativas de organização social ao sistema capitalista, que foram basicamente as alternativas soviética, por um lado, e fascista ou nazista, por outro.

Em poucas palavras, Polanyi afirma que o que criou condições históricas para a emergência dessas outras alternativas de organização da sociedade foi a tentativa fracassada de implantação de um mercado auto-regulador.

Faço essa referência porque busco meu contraponto à idéia de mercado auto-regulador, em primeira instância, em alguns textos de Francisco de Oliveira, que falam do mercado socialmente regulado, do antivalor, como ele chama [ver bibliografia, p. 44]. Mas também porque, digamos, a repositão, principalmente a partir da década de 1980, dessa idéia de economia auto-regulada, mercado auto-regulador, não é uma coisa nova na humanidade, como eventualmente pode parecer a partir das discussões que vemos estampadas nos jornais, ou mesmo por acadêmicos etc.

O que me preocupa nessas questões todas é que, considerando que meu ponto de vista foi sempre elaborado ainda durante a década de 1980, com minha militância no PT, comecei a ficar muito impactado com a maneira como determinados grupos no partido se moviam – isso em Santo André, sem generalizar –, e a partir daí comecei a desenvolver um conjunto de reflexões críticas a propósito do chamado socialismo real,

antes da queda do muro de Berlim. Isso tem muito a ver com minha vivência prática no PT – insisto, não é apenas uma reflexão teórica – e me aponta uma questão, a meu ver fundamental, que diz respeito exatamente ao fato de que essas dinâmicas são contraditórias.

Parto da noção de que a democracia não é efetivamente uma obra burguesa. Sei que o sistema democrático tem sido utilizado pelo capital, pelo movimento do capital, para sua reprodução ao longo de todos esses séculos. Mas não acho que isso nos autoriza a dizer que a democracia é uma obra burguesa. Creio que a luta de classes tem sido expressa sobretudo pela luta por direitos. Luta que é dotada de imprevisibilidade, algo que não pode ser domesticado por nenhum grupo social, nenhum governo, nenhum partido político.

E, nesse sentido, considero correta a idéia de que é necessário fazer uma reflexão crítica a respeito do socialismo real que vá até a raiz de seus problemas.

Ir até a raiz dos problemas do socialismo real significa, assim, a meu juízo, criticá-lo de maneira enfática, considerando que ele é uma versão de esquerda do sistema totalitário. Ir até a raiz dessas questões significa também fazer uma reflexão crítica a respeito do próprio Marx, não, no caso de Marx especificamente, no sentido de negar a obra marxista, mas no de, digamos assim, superar a ordem marxista a partir dela mesma, o que evidentemente não é uma coisa fácil de fazer.

Queria mencionar aqui que a crítica que Marx faz a propósito da questão dos direitos e, por tabela, à questão da democracia é pertinente, sem dúvida nenhuma, mas insuficiente. Porque ela na verdade esconde referências ou questões que têm muito a ver exatamente com o papel positivo que o sistema democrático tem condição de desempenhar e tem concretamente desempenhado nas nossas sociedades. Ou pelo menos em algumas das nossas sociedades.

Os direitos do homem aparecem para Marx como mera ilusão. Lembro que participei de um debate com João Machado – professor de economia da PUC-SP e dirigente do PT –, que está presente aqui, e ele me disse que isso não é bem verdade, que é um pouco complicado afirmar que os direitos do homem ou a democracia para Marx são mera ilusão. Ele argumentava que, se a igualdade ou a liberdade são formas de aparecer das coisas, elas encobrem um conteúdo, e para Marx forma e conteúdo estão ligados. A forma não é nunca apenas aparência, nunca apenas ilusão.

Pode ser que sim, mas ainda acredito no que eu havia dito inclusive em relação àquela passagem no próprio *O capital* em que Marx se refere ao fato de que a esfera da circulação era de fato o verdadeiro Éden dos direitos naturais do homem. O que aqui reina é unicamente liberdade, igualdade, propriedade... Bom, depois ele vai explicar que as pessoas são livres porque podem ir ao mercado e estão livres dos seus meios de produção, dos seus meios de subsistência e são livres também no sentido de que poderiam optar, no caso da força de trabalho, pelo emprego que melhor lhes conviesse; que reina a igualdade no mercado porque as mercadorias se trocam pelos seus valores – na idéia do valor-trabalho. Ou seja, essas idéias de que liberdade e igualdade aparecem fundamentalmente como ilusão não estão apenas numa obra anterior do jovem Marx, mas no próprio *O capital*.

Acredito que isso fez com que historicamente na tradição marxista dominante houvesse uma profunda falta de preocupação ou de cuidado com a democracia, particularmente com a democracia como sistema.

Insisto: a democracia não pode ser considerada meramente uma obra burguesa. E, mais do que isso, essa afirmação [sobre a preocupação com a democracia] é verdadeira para o totalitarismo fascista, mas também acho que é verdadeira para o totalitarismo soviético – ele se ergue sobre a queda e a ruína da própria idéia dos direitos do homem.

Trotsky, em seu livro sobre Stalin¹, diz:

“*L’Etat c’est moi!* é quase uma forma liberal em comparação com as realidades do regime totalitário de Stalin. Luís XIV identificava-se apenas com o Estado. Os papas de Roma identificavam-se, ao mesmo tempo, com o Estado e com a Igreja, mas unicamente durante as épocas do poder temporal. O Estado totalitário vai muito além do César-papismo, pois abarca toda a economia do país. Diferentemente do Rei-Sol, Stalin pode dizer a justo título: *La société c’est moi!* O que é evidentemente uma outra coisa”.

Ou seja, no fundo, é o início de uma elaboração a respeito da idéia de que na verdade o socialismo real era na prática um sistema totalitário, entendido a partir dessa idéia de que “a sociedade sou eu”.

Enquanto isso, no âmbito do sistema democrático, o que na verdade se opera é uma divisão entre a sociedade civil e o Estado. Uma distinção entre o poder político – e isso tem uma eficácia simbólica importante –, que é limitado de direito, não existem governos que sejam donos do poder, e o poder administrativo, que tem muito a ver com o crescimento das burocracias estatais, com a tendência de o Estado, na época moderna, no sistema democrático, visar a um controle cada vez maior dos detalhes da vida social. E, na linha de um texto da Vera Silva Telles², que vai fazer uma avaliação crítica do pensamento de Hannah Arendt, considero que nesse caso, ou nesse campo do sistema democrático, a esfera pública e, portanto, a relação público–privado têm um papel absolutamente crucial.

Aliás, diferentemente de algumas referências da teoria de Hannah Arendt, mas também de Jürgen Habermas sobre a esfera pública, afirma ela que ações coletivas são vinculadas a interesses em meio a confli-

1. TROTSKY, L. *Stalin*. São Paulo, Progresso Editorial, 1947.

2. TELLES, V. S. “Espaço público e espaço privado na constituição do social, notas sobre o pensamento de Hannah Arendt”. *Revista Tempo Social*. São Paulo, Universidade de São Paulo, primeiro semestre de 1990.

tos que atravessam o campo social. Se tais interesses aparecem como algo mais que a simples defesa corporativa, dependem da articulação de uma linguagem por meio da qual interesses privados podem ser desprivatizados e, portanto, reconhecidos publicamente na sua legitimidade. É na linguagem dos direitos que a defesa de interesses se faz audível e reconhecível na dimensão pública da vida social. Creio que posta dessa maneira a questão do papel fundamental da esfera pública no sistema democrático, no âmbito dessa relação público–privado, mas insistindo no papel da esfera pública como uma referência para conquista e disputa de novos direitos de cidadania, ela continua a ser uma referência extremamente importante que, insisto mais uma vez, afirma novamente a distinção que é preciso que nós também afirmemos entre democracia e sistema capitalista, democracia e economia de mercado, particularmente a economia de mercado auto-regulada.

Herança brasileira – Dito isso, gostaria de fazer algumas rápidas considerações a respeito do Brasil, porque acho difícil falarmos de desenvolvimento local de maneira abstrata, e se queremos começar a falar com base em referências que temos construído a partir da nossa prática concreta, é preciso também que consideremos algumas características do nosso país. E aqui eu queria apenas, muito sinteticamente, resgatar algumas dessas referências que me parecem importantes.

Em primeiro lugar, gostaria de abordar a herança brasileira; em segundo lugar, telegraficamente, de falar duas palavras sobre o Brasil hoje, particularmente na década de 1990; e em terceiro lugar dar algumas pitadinhas a respeito do Brasil como uma Federação. Acho que isso é importante não só para entender o Brasil, mas também para localizar de maneira adequada as possibilidades, os desafios e os limites que se colocam para o desenvolvimento local em nosso país.

Em termos de herança brasileira, realmente considero que uma característica básica é a reposição quase permanente dessa simbiose entre o tradicional e o moderno. Essa idéia de superar o arcaico ou o tradicional, apresentando uma proposta moderna, pode ser encontrada em vários momentos da história do Brasil com muita facilidade, mas na prática, se formos ler bem o que está acontecendo, o que está sendo produzido é uma nova simbiose entre o tradicional e o moderno, ou seja, a permanência na continuidade.

Refiro-me a isso porque acho fundamental, porque aprendi sobre isso mais diretamente na minha vida como prefeito, a partir da primeira gestão. Muitas vezes, no PT ou no âmbito da esquerda, nós travamos uma discussão substantiva, extremamente importante, mas às vezes tão afastada de questões cruciais que determinam a maneira como as pessoas tomam decisões no dia-a-dia, envolvendo às vezes um hiato tão grande, que me vi na necessidade de tentar entender um pouco melhor por que as coisas aconteciam dessa maneira.

Então, fundamentalmente, minha preocupação aqui, na linha de muitos dos chamados clássicos da historiografia brasileira, é fazer uma reflexão a respeito das possibilidades de transformação, que exigem de nós, aqui no Brasil também, ter sempre um extremo cuidado com a idéia de que estejamos transformando tudo ou quase tudo, quando na verdade, ao realizar essas transformações, podemos estar novamente reproduzindo a simbiose entre o tradicional e o moderno que estou comentando. Isso é muito verdadeiro no que diz respeito, por exemplo, à nossa cultura política clientelista. Nossas formas de agir e o sistema político, e até a própria sociedade, funcionam muito com base nessa cultura.

Então, não podemos subestimar a tendência à reprodução daquilo que herdamos quando pensamos em construir algo de novo. É que o Brasil tem uma convivência quase atávica de duas coisas muito contraditórias,

que não é o caso de desenvolver aqui, essa combinação entre violência e intimidade. Creio que isso é realmente muito próprio do nosso país. Desdobramentos disso são o patrimonialismo e uma – acredito eu – reconhecida atrofia da esfera pública, fundamental para o meu argumento, porque essa atrofia está vinculada justamente ao fato de que também as decisões políticas passam principalmente por relações de natureza pessoal. E quando as decisões fundamentais passam por relações de natureza pessoal o que acontece, na verdade, é que se está eludindo a possibilidade de que essas grandes discussões sejam feitas na esfera pública, no espaço público democrático. Esse é, a meu juízo, um problema bastante sério. Nós criamos aqui inúmeras e recorrentes avenidas de compensação social que servem para as pessoas garantirem muitas vezes a sua sobrevivência, e também para reiterar a profunda desigualdade social que temos no Brasil e inibir as possibilidades de que estas desigualdades e o tema dos direitos sejam expostos da maneira como poderiam ou deveriam ser debatidos na esfera pública, realmente a partir da ação coletiva combinada com a linguagem dos direitos.

Então, isso gera uma série de problemas para o Brasil e para a democracia no Brasil, por exemplo os reconhecidos erros recorrentes, os problemas ligados à incompatibilidade entre a dominação burguesa e a democracia no Brasil, já tematizados por Florestan Fernandes³. José Luís Fiori, me parece, expressa muito bem no texto que prepara sua tese de doutorado⁴ a recorrência das fugas para a frente, no período nacional-desenvolvimentista, que fazem com que, na verdade, empurremos os problemas com a barriga, resolvendo problemas específicos sem resolver o essencial, que Fiori localiza basicamente na incapacidade das elites brasileiras de arbitrar perdas entre os interesses dominantes.

Então, a agregação de novos interesses, sejam eles arcaicos, sejam modernos, dentro desse arco de forças e alianças que abarca todo o

3. FERNANDES, Fernandes. *A revolução burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.
4. FIORI, J. L. "O nó cego do desenvolvimento brasileiro". *Novos Estudos Cebrap*, nº 40. São Paulo, 1994.

conjunto de setores dominantes, por não conseguir impor perdas faz com que haja, por um lado, problemas sérios para implantação de um sistema no qual os direitos possam realmente ser respeitados, e, por outro, a válvula de escape, o aprofundamento recorrente da dependência, tanto a tecnológica como, mais recentemente, a financeira em relação ao exterior.

Esses fatores, embora pareçam estar um pouco distantes do desenvolvimento local, na realidade não estão. Não vou fazer todas as mediações necessárias, mas não é bem assim, eles estão muito presentes no dia-a-dia da nossa política e da nossa sociedade. Então, isso gera reposição recorrente do binômio autoritarismo–dependência.

Nesse ponto, recorro também a um texto recente de Guillermo O'Donnell, em que ele fala a respeito da ineficácia da lei na América Latina⁵. Ele faz uma reflexão que me parece muito interessante, buscando distinguir entre o que se entende como poliarquia e o que poderia ser entendido de verdade como democracia, compreendendo que democracia tem que ser um sistema em que pelo menos os direitos estabelecidos devem ser respeitados. Ele afirma que é facilmente reconhecível que em casos como o do Brasil os direitos não são respeitados. Então, há uma poliarquia, um conjunto de características – eleições periódicas, partidos políticos livres, imprensa relativamente livre, liberdade de pensamento –, uma série de coisas que são próprias do regime democrático mas na verdade não correspondem à implantação efetiva de uma democracia propriamente dita, com respeito aos direitos e à lei, em países como o nosso. Creio que isso não é outra coisa senão uma maneira de expressar o fato de que no Brasil não temos uma democracia propriamente dita. Nos termos que coloquei aqui, a partir do ponto de vista de O'Donnell, temos uma poliarquia, mas não uma democracia.

5. O'DONNELL, G. "Poliarquias e a (in)efetividade da lei na América Latina". *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, nº 51, 1998, p. 37-62.

Apenas quero insistir no seguinte: não vivemos numa ditadura nesse momento. A meu ver, não vivemos numa sociedade totalitária, mas também não vivemos numa democracia propriamente dita, o que coloca dificuldades mais profundas à discussão do socialismo, particularmente se a nossa reflexão sobre socialismo passa também pela democracia. Se não chegamos nem sequer a condições básicas para afirmar direitos que possam valer de fato na nossa sociedade, o problema é mais complexo, e as nossas dificuldades, portanto, mais profundas ainda.

O que vemos no Brasil recente não é nada alentador, muito pelo contrário, porque uma análise sóbria mostra que, durante a década de 1990, os governos brasileiros buscaram fazer sua inserção no sistema econômico e político internacional de um modo que reproduziu esse misto de tendências ao autoritarismo, à falta de democracia e ao aprofundamento da dependência. Nós sabemos que, se tínhamos o problema grave da dívida externa, que se expressou com muita clareza durante a década de 1980, e se a partir de um certo momento esse problema mudou de qualidade, durante a década de 1990, a linha política adotada particularmente pelos dois últimos governos federais aprofundou nossa dependência financeira externa. Isso cria problemas muito sérios em torno de um projeto nacional alternativo.

Do ponto de vista das próprias relações democráticas, outras referências que pude obter vieram a partir de alguns textos de Francisco de Oliveira e de Maria Célia Paoli⁶, que levantam alguns pontos importantes. Particularmente, me causou bastante impacto a afirmação de que aqui no Brasil, sobretudo durante a década de 1990, a exclusão é até mesmo semântica, porque quando, no campo da linguagem, é negada aos setores dominados sua própria condição de afirmar os seus direitos, quando o que era entendido até então como direitos dos dominados, dos trabalhadores, dos setores dominados é condenado pela mídia, pelo go-

6. OLIVEIRA, Francisco. "Privatização do público, destituição da fala e anulação da política". In: OLIVEIRA, Francisco e PAOLI, Maria Célia. *Os sentidos da democracia*. Petrópolis, Vozes, 1999.

verno federal, como interesses meramente corporativos, o que se está querendo é deslegitimar essas lutas por direitos que, com todas as dificuldades, os dominados têm levado a efeito no Brasil, ao longo das últimas décadas.

Poder local – Gostaria de fazer algumas ponderações sobre o poder local e a Federação. A primeira delas é a seguinte: acho que, embora todos tenhamos consciência disso, é preciso reafirmar que, no âmbito local, temos uma convivência de práticas, vivências e ações completamente contraditórias, que se expressam, talvez pela primeira vez, por meio de iniciativas inovadoras que poderemos considerar até mesmo revolucionárias, em termos de auto-organização da população, mas não só disso. Estou me referindo particularmente a iniciativas de gestões de esquerda relativas à prioridade nos investimentos sociais, à participação da população, ao orçamento participativo, por exemplo. São, acredito, ações importantes e que têm sido valorizadas cada vez mais no Brasil e em outros lugares. Mas, ao mesmo tempo que isso acontece, é evidente que não faria o menor sentido fechar os olhos para o fato de que numa grande maioria dos espaços locais, desses núcleos de decisão descentralizados, em nível municipal e regional, o que impera, na verdade, é a reprodução ou a reiteração daquilo que existe de mais arcaico do ponto de vista da política brasileira, das relações estabelecidas no poder local, entre governo local, comunidade local e assim por diante. Em outras palavras, o mandonismo local – não acho que seja possível falar ainda em coronelismo, no sentido empregado por Vítor Nunes Leal⁷; estamos vivendo um outro momento. Mas aqui, sem dúvida nenhuma, é muito fácil perceber como, apesar das mudanças ao longo de décadas e décadas, o que vemos é a reprodução do arcaico com o moderno. Eventualmente aqui, muito mais arcaico do que moderno.

7. Advogado, é autor do livro *Coronelismo, enxada e voto* (Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 3ª edição, 1997), considerado um clássico da literatura política brasileira. Foi também chefe do Gabinete Civil no governo de Juscelino Kubitschek e ministro do Supremo Tribunal Federal.

Então, essa convivência contraditória do que existe de mais inovador, até mesmo revolucionário, no campo da política, da esquerda, com práticas as mais atrasadas, as mais arcaicas, as mais tradicionais possíveis, faz parte da nossa Federação. Estou fazendo uma constatação para não esquecer que eventualmente as pessoas mais pessimistas vão sempre enxergar a esfera local como “o atraso do atraso”, e as pessoas mais otimistas vão enxergá-la como ponto de partida graças ao qual é possível fazer todo um conjunto de outras transformações radicais e tudo mais.

Acho que a realidade é mais complexa que isso. Na realidade, convivemos com situações muito contraditórias; isso faz parte, portanto, do nosso ponto de partida, para pensar as potencialidades, mas também os limites do desenvolvimento local.

E acredito que o Brasil funciona como uma Federação mesmo, embora muito peculiar. A partir de um certo momento comecei a me surpreender com a quantidade de pessoas que foram pegas de surpresa com o fato de que o processo de redemocratização trouxe de volta, como uma avalanche, a multiplicação das relações clientelistas do país. Eu poderia desenvolver essa idéia um pouco mais, porque, afinal de contas, isso acontece por causa das características próprias de funcionamento da sociedade brasileira, combinando o arcaico com o moderno; quando se restauram relações formalmente democráticas, são restauradas, ao mesmo tempo, as condições para que o clientelismo volte a florescer de maneira muito mais intensa do que acontecia durante a ditadura militar. E a primeira grande manifestação disso não se dá na esfera local. A primeira grande manifestação do reaparecimento do clientelismo, dos grandes acordos que acabam em pizza etc., foi exatamente, como produto do Colégio Eleitoral, a composição do governo Tancredo-Sarney, em 1985. Há expressão mais clara e acabada de um novo acordo daquilo que poderíamos

chamar “oligarquias regionais” do que a forma como foi montado o governo Tancredo-Sarney?

Estou fazendo essa ponderação também para deixar claro que acho muito equivocadas as análises que consideram que o clientelismo é mais forte ou está mais arraigado no espaço local. Nossa cultura, nossa herança, a respeito da qual falei rapidamente antes, que se expressa nessa cultura que estou chamando de patrimonialista, clientelista, recorta o Brasil de cima a baixo e está no topo, como mostra a própria composição do governo Tancredo-Sarney, que estou comentando agora. Não é casual que a recomposição de forças hegemônicas aqui no Brasil, que se deu durante a década de 1990, particularmente em torno do governo FHC, tenha reincorporado, a partir de uma nova tentativa de busca de hegemonia, o conjunto desses setores em muitas relações estabelecidas entre os poderes econômicos regional e local, entre os poderes políticos local e regional.

O Brasil funciona como uma Federação. Se prestarmos atenção na maneira como os deputados federais se articulam com as suas bases locais, teremos um bom exemplo dessa articulação que mencionei entre local e regional, e veremos como a própria reeleição desses políticos depende dessa vinculação. O que estou dizendo é que não é possível pensar que o Congresso Nacional é uma coisa e o que acontece no espaço local é outra. Nós vivemos no mesmo país. Claro que o que acontece no Congresso não é uma expressão mecânica do que acontece no espaço local, mas é uma expressão mediada por uma série de outros elementos que não tenho tempo de desenvolver aqui.

E, ao lado disso, o Brasil é uma Federação, o que significa que para pensar um projeto nacional, a meu juízo, é preciso pensar também uma reformulação da Federação como parte desse novo projeto, porque, caso contrário, estaremos pensando um projeto nacional que significa um con-

junto de mudanças a partir de Brasília, sem levar em conta que o Brasil não funciona desse jeito, que seu real funcionamento é o de uma Federação. Isso é algo que, insisto, não pode ser esquecido.

Socialismo e radicalização da democracia – Gostaria de fazer algumas ponderações a respeito do socialismo, referências que já me permitem estabelecer alguns pontos de contato mais diretos com a questão do desenvolvimento local.

Acredito, como Habermas, que ainda vivemos o tempo moderno, ou seja, que não se esgotaram as energias utópicas. Ele diz, “a consciência do tempo inaugura um horizonte em que o pensamento utópico se funde ao pensamento histórico”. Na seqüência, afirma que “o que se esgotou na verdade foi uma utopia ligada à sociedade do trabalho”. Nesse ponto, não concordo com ele, acredito que é um equívoco seu e de vários outros autores que pensam a crise no nosso tempo. Acredito, sim, que houve mudanças, transformações profundas na nossa estrutura de classes, de grupos sociais, nas estruturas econômicas que estamos vivenciando recentemente, mas não acredito que tenha acontecido uma superação ou a impossibilidade de se pensar a utopia a partir de uma sociedade do trabalho. A necessidade de repensar uma utopia baseada na sociedade do trabalho é uma coisa absolutamente fundamental, seja em razão da queda do muro de Berlim, seja em razão de transformações muito importantes que ocorreram no Brasil e no mundo.

Mas é verdade, por outro lado, que a derrocada do socialismo real nos colocou diante de sérios problemas. Certos ou errados, tínhamos algumas certezas, que de repente foram colocadas em xeque. Não tenho nenhuma condição de falar sobre novas certezas porque não as tenho. Mas acredito que seja possível ter alguns pontos de partida, neste momento. Ter algumas referências sobre socialismo, sem abrir mão da idéia

de socialismo. Isso significa a constatação, ou o ponto de partida, de que precisamos reconstruir essas referências e, portanto, formular uma nova idéia de sociedade a partir da nossa realidade, da crítica do passado e do potencial que o presente abre para o nosso futuro.

Estou tomando aqui algumas referências de um autor chamado Grahame Thompson, num texto pequeno chamado *Flexible Specialization, industrial districts, regional economies: strategies for socialists?*. Ele trabalha comprometido com a propriedade comum e a organização cooperativa, com a promoção de decisões democráticas em todas as dimensões da vida, com a supressão e/ou controle dos mecanismos de mercado em alocação e distribuição. Compromisso com igualdade de oportunidades e, em certos casos, com igualdade de resultados. Generalização do emprego e competências culturais para viabilizar o autodesenvolvimento e a autonomia no trabalho e no lazer etc.

Acho que precisamos trabalhar com algumas referências. A referência que tomo como ponto de partida é a da construção de uma sociedade socialista a partir da idéia de radicalização da democracia, tentando restaurar o elo com as observações iniciais que eu havia feito.

Quero integrar também algumas referências que partem da chamada escola da regulação. Não que eu tenha integral concordância com ela, muito menos qualquer ilusão a respeito da idéia de que um modelo de desenvolvimento fordista tivesse sido aplicado em países como o nosso, sei que isso não aconteceu. Considero apenas de passagem essa afirmação. O momento que vivemos me leva a pensar que é preciso considerar que, além das conjunturas, são forjados também modelos de desenvolvimento de largo prazo, que são longos períodos no capitalismo em que um determinado regime de acumulação é o resultado macroeconômico do funcionamento de um modo de regulação com base no modelo de organização do trabalho. Este, por sua vez, é alicerçado numa tecnologia.

Acho que são elementos importantes porque, na verdade, embutem a idéia de que por trás disso está uma visão de mundo a respeito do que é bom, do que é ruim, fundado num grande compromisso que pode e costuma ser defendido por famílias políticas distintas, da esquerda à direita.

É possível extrair de alguns textos uma síntese sobre a escola da regulação – tomei como base particularmente um livro de Lipietz chamado *Audácia: uma alternativa para o século XXI* –, porque eles permitem que entendamos, por exemplo, qual foi o papel do governo Mitterrand na França, como última tentativa de reafirmação de um modelo de desenvolvimento fordista, num momento em que já não havia mais condições objetivas para que isso acontecesse. Permitem também fazer uma análise a respeito da terceira via na Europa, nesse caso como parte de uma tentativa de construção do modelo de desenvolvimento neoliberal, do mercado auto-regulador no período atual, desse grande modelo de desenvolvimento que, na verdade, não deixa de ser neoliberal.

Acho que essas são referências importantes, porque a idéia de um modo de regulação nos permite reatar a noção de regulação dos mercados e a idéia de grande compromisso, de visão de mundo que torna possível trazer referências também relativas à questão da hegemonia, da disputa da hegemonia a partir do pensamento de Gramsci. Particularmente, considero isso importante porque acredito que no Brasil nos faltam condições objetivas e reflexões nesse momento para a construção imediata de uma sociedade socialista, mas, mantendo referenciais socialistas, tendo como ponto de partida princípios socialistas, devemos considerar um modelo de desenvolvimento que corresponda a um projeto de nação orientado por referências socialistas.

Sobre uma visão mais crítica a respeito do socialismo real, eu me permitiria pensar a partir da reflexão de Francisco de Oliveira, em seus textos sobre o antivalor⁸, em que ele discorre rapidamente sobre o que

8. OLIVEIRA, F. de. *Os direitos do antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita*. Petrópolis, Vozes, 1997.

considera que seria o pós-Estado de bem-estar social, o alargamento ou a radicalização da democracia. Em primeiro lugar, essa própria referência ao antivisor – não tenho condições de desenvolver as idéias dele –, a idéia de que teria estado em curso na gestação mesmo dos Estados de bem-estar social a partir da criação de um fundo público, com o antivisor, o alargamento das esferas públicas democráticas e as condições para o estabelecimento de uma economia de mercado socialmente regulado. Ou seja, uma economia de mercado muito distinta daquela que foi a utopia analisada por Polanyi, a utopia do mercado auto-regulador. Esta última retorna aos nossos tempos, na cena pública, a partir principalmente da década de 1980, como a idéia da construção ou a utopia de direita da construção do mercado auto-regulador. O contraponto a essa utopia é justamente a construção de uma economia de mercado socialmente regulado, vinculada à construção, à criação de um fundo público. Mas um fundo público, por sua vez, é levado a efeito por intermédio da esfera pública, da interação de diferentes grupos, classes sociais, atores econômicos e políticos na esfera pública, mais particularmente na esfera pública e democrática.

Diz Chico de Oliveira sobre essa forma de produção e distribuição de excedente que não se trata de resgatar a idéia de Estado de bem-estar, mas sim de pensar num pós-Estado de bem-estar, e a partir daí as referências relativas ao antivisor podem ser importantes, porque nesse campo, que não é meramente o da lógica da reprodução do valor, da lógica da reprodução do capital, a forma de produção e de distribuição de excedentes não tem o valor-trabalho como estruturante, mas os valores de cada grupo social dialogando na esfera pública, na linguagem dos direitos. Creio que para pensar o socialismo hoje, as referências socialistas ou um pós-Estado de bem-estar social é preciso também fazer uma avaliação crítica a respeito do Estado de bem-estar social – mesmo sabendo que muitas vezes a direita tem se apropriado dessa avaliação.

Ocorre, porém, que eu acredito que isso seja um ponto obrigatório também para o pensamento de esquerda, a necessidade de superar o formalismo burocrático castrador de iniciativas do próprio Estado de bem-estar social, que é um produto da expansão do poder administrativo, que vem em conjunto com o alargamento da própria democracia, o produtivismo, a desconsideração das questões ligadas ao meio ambiente, dos direitos contra a discriminação e também o autoritarismo na esfera da produção. A teoria da regulação é algo que faz parte do chamado compromisso fordista.

Não vou resgatar aqui todas as idéias da Comuna de Paris, evidentemente, porque isso não seria compatível com muito do que estou desenvolvendo aqui. Mas queria lembrar que Marx, ao fazer a análise da Comuna de Paris em *A guerra civil na França*, entre várias outras coisas diz se tratar de um governo flexível, um governo barato para a viabilização das condições para a democracia direta. No nosso caso, eu diria, na esfera local, trata-se das condições para viabilização do encontro entre democracia direta e democracia representativa. Ao falar que a Comuna – muito além do debate que se travava sobre a necessidade de fazer uma descentralização do Estado francês, muito além disso – era a expressão da possibilidade de extinção dos fundamentos econômicos, das classes sociais (o que para nós, acredito, significaria a possibilidade concreta de emergência de novas formas de produção e mesmo de novas relações capital-trabalho), falava também no novo Estado, no socialismo ou comunismo, neste caso, como novo Estado. Ele considerava organizar a unidade nacional mediante um regime comunal. É claro que Marx está fazendo a análise da Comuna de Paris, que se deu numa cidade específica. Estou querendo dizer apenas que ele, ao analisar aquilo que poderia ser a prefiguração do comunismo na França, o faz a partir do regime comunal, ou seja, a partir das comunas, da realidade local.



Creio que isso tem passado despercebido por praticamente todo o debate que se travou a partir daí, particularmente porque quem se apropriou de todo o referencial da Comuna de Paris e de outras discussões anteriores de Marx e de Engels foi principalmente a vertente leninista inspirada em *Estado e revolução*, de Lenin. E em *Estado e revolução* isso desaparece completamente.

Estou querendo meramente resgatar essa idéia, porque acho que ela cria condições para pensar, nas características de hoje, na importância de considerar o desenvolvimento local como parte da construção de um Estado nacional democrático, no novo modelo de desenvolvimento nacional, num projeto nacional orientado pela idéia do alargamento da democracia. Organizar, portanto, a unidade nacional de outra maneira. Acho que isso casa perfeitamente com o fato de o Brasil ser uma Federação. E é preciso pensá-lo dessa maneira e considerar a esfera local a partir desse ponto de vista, dessas considerações.

Resgato aqui também algumas idéias de um livro – organizado por Alain Lipietz e Georges Benko – chamado *As regiões ganhadoras*, em que os autores, ao concluírem a reflexão crítica a partir de uma série de textos sobre o tema do desenvolvimento regional, propõem a criação de *blocos sociais territoriais*. Eles mesmos ressaltam que esta é uma idéia com clara inspiração gramsciana, no quadro do modelo de desenvolvimento nacional. E aqui algumas referências que dão peso próprio à esfera local são apresentadas. Por exemplo, no campo da produção, a proposta de estabelecimento de novas relações entre o movimento sindical e a estrutura produtiva – na medida em que não existe mais algo semelhante a um compromisso fordista mesmo nos países desenvolvidos, ou, pelo menos, as condições não são as mesmas – com vistas à democratização ainda dentro dos marcos do sistema capitalista.

Por outro lado, é clara a possibilidade que se tem também de experiência de novas formas de organização a partir do que temos chamado de economia solidária, envolvendo estímulo a cooperativas; mas também há ênfase no pequeno empreendimento de forma geral, no microcrédito e em outras iniciativas desse porte que podem perfeitamente fazer parte de um modelo de desenvolvimento local sustentado num bloco social territorial, à maneira de Lipietz e Benko. Por outro lado, há também a idéia de Lipietz da superação do Estado-providência, com implementação no nível local do que ele denomina comunidade-providência, ou seja, algo baseado em recursos nacionais, uma distribuição de excedentes a partir da nação, mas com operação local a partir da reafirmação da sociedade do trabalho. Sua proposta tem a ver com o terceiro setor, de utilidade social, mas não apenas isso; também por intermédio de outro conjunto de iniciativas que garantissem a prioridade do emprego, a geração de trabalho e renda a partir de uma operação descentralizada.

Desenvolvimento local e socialismo – Para concluir, busco fortalecer essa relação entre desenvolvimento local e socialismo no Brasil, considerando, a meu juízo, que ela deve se traduzir para nós em dois níveis diferenciados. O primeiro diz respeito às próprias referências de gestão local, que podem ser entendidas como tradução concreta de princípios socialistas. Não se trata, evidentemente, de fazer socialismo em nível local, independente de todo o resto. Estou falando de experiências práticas que expressam, que concretizam princípios socialistas e, portanto, prefiguram referências de socialismo que prezamos e queremos ver implementadas.

Mas, por outro lado, acredito que a outra forma pela qual essa relação entre desenvolvimento local e socialismo deve ser pensada aqui é a construção prática das bases para um novo federalismo como parte de outro projeto nacional.

Do ponto de vista das referências da gestão local, parto da idéia de que o que está colocado diante da gestão local são diferentes alternativas, por exemplo do desenvolvimento local, da distribuição de renda, da participação da comunidade e assim por diante. E estou tomando como base uma contraposição que acredito que devemos fazer, no nível local, com as idéias neoliberais e com toda a herança de autoritarismo e dependência que temos no Brasil – além de um poder administrativo combinado com clientelismo que é muito sólido no Estado brasileiro.

Acho que essa nova agenda local, que para mim se traduz em várias dimensões, conforme busquei desenvolver num texto que escrevi para a Fundação Perseu Abramo⁹, precisa ter uma tradução própria a partir de uma alternativa que pense a questão da gestão local com base no princípio da radicalização da democracia, com os princípios socialistas.

Existem dois blocos importantes, a meu juízo: por um lado, a idéia de um Estado local forte e democrático, condição para se pensar um bloco social territorial e, portanto, uma regulação social dos mercados em nível local, o que envolve pelo menos três pontos. Em primeiro lugar, uma vontade política, ou seja, um compromisso de superação dessas características sempre recorrentes nas fugas para a frente que também se expressam num nível local, seja em relação ao poder econômico, seja nas práticas clientelistas. Em segundo lugar, um fundo público compatível com as condições para o alargamento da esfera pública no nível local. E aqui, evidentemente, vou contra a corrente da maior parte do pensamento no Brasil, reafirmando a necessidade de uma carga tributária alta, porque sem uma carga que possa servir de suporte para um fundo público voltado ao social não há como efetivamente alargar os direitos no país. E, se estou comentando que isso é necessário no quadro de uma nova Federação com ênfase no espaço local, estou automaticamente dizendo que, na verdade, algo que tem sido deixado

9. DANIEL, Celso. "A gestão local no limiar do novo milênio". In: BARRETO, L., MAGALHÃES, I. e TREVAS, V. *Governo e cidadania*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 1999, p. 182-242.

completamente de lado, por exemplo no debate sobre a reforma tributária, teria de ser repostado aqui, que é justamente o fortalecimento das esferas local e regional.

Por outro lado, precisamos de um outro Estado. Não podemos continuar reafirmando o Estado herdado, porque não é o que queremos e temos a necessidade de reconstruí-lo por dentro, quebrando as caixas-pretas do que corresponde ao que é o Estado hoje no Brasil a partir da esfera local, com processos que garantam a prestação de serviços públicos de qualidade e a baixo custo. Isso não é outra coisa senão o governo barato de que fala Marx na Comuna, e isso não é apenas fazer o combate à corrupção, é muito mais complicado do que isso. Exige conhecimentos que muitas vezes não temos e não trabalhamos de maneira adequada, inclusive nas nossas experiências de gestão local.

O desenvolvimento local inclusivo não é um desenvolvimento local qualquer. Desenvolvimento local a qualquer custo não nos interessa, queremos um desenvolvimento local com inclusão social, em que haja cooperação, criação e alargamento de esferas públicas, em que diferentes atores políticos, econômicos, sociais dialoguem de maneira transparente a partir dos seus próprios interesses e conflitos, mas buscando construir um novo desenvolvimento local em conjunto. Nesse ponto, não posso deixar de mencionar nossa experiência de desenvolvimento regional do Grande ABC por meio da Câmara Regional, da Agência de Desenvolvimento Econômico, do Consórcio Intermunicipal etc.

Outra questão que nos interessa tremendamente como elemento fundamental do desenvolvimento econômico local são as idéias básicas da economia solidária, sem perder de vista que o desenvolvimento local também tem de ser baseado numa vinculação com segmentos mais dinâmicos da nossa economia. Essa vinculação me parece absolutamente essencial, e aqui entra com todo peso o movimento sindical, não apenas

como a CUT [Central Única dos Trabalhadores] vem fazendo, estimulando a economia solidária, mas na construção de novos referenciais do movimento sindical e da própria relação capital-trabalho. Temos que trabalhar muito mais com referências voltadas à idéia de construir benefícios locais e regionais do que fazer cair custos, porque a idéia do custo regional não é apenas o Custo Brasil. Essa é uma idéia neoliberal. A idéia de Custo Brasil é tipicamente vinculada ou herdada, ou um desdobramento, do pensamento neoliberal no Brasil.

Então, quando consideramos o desenvolvimento local, evidentemente não podemos pensar a partir desse referencial, temos que adotar outro. O outro referencial é criar benefícios de tal maneira que uma região não precise ficar competindo com outras, porque competição entre regiões significa guerra. É daí que vem a guerra fiscal. Então, o combate à guerra fiscal e à competição com outras regiões tem de partir da idéia de que é possível, por meio de um desenvolvimento endógeno, construir o desenvolvimento com a agregação de benefícios, de vantagens locais baseadas na qualidade de vida, na garantia dos direitos sociais e trabalhistas – que eles existam ou devam existir no nível local.

Creio que é perfeitamente possível pensar em outros modos, em outras bases na questão do desenvolvimento local.

Para terminar, abordarei rapidamente a questão da inclusão social. Creio que houve, no Brasil, um aprofundamento dos processos de exclusão não apenas pelo fato de termos aqui uma herança de exclusão social profunda, mas também pela forma como o processo de globalização se combinou e se perpetrou a partir de referenciais neoliberais. Aqui, pensar o desenvolvimento local significa, necessariamente, a meu ver, pensá-lo também a partir de iniciativas, de ações voltadas à inclusão social. Não fazer apenas políticas compensatórias, mas superá-las, implementando políticas de inclusão social. Pensar políticas de inclusão

social significa, claro, fazer vinculações com o próprio desenvolvimento econômico, com a economia solidária, com o conjunto de programas sociais que têm sido experimentados por governos de esquerda, e até ir um pouco mais além disso. Significa pensar na idéia de garantir os chamados mínimos sociais de maneira universal no espaço local, com base na implementação de políticas multidimensionais, que rompam, portanto, a setorização característica das políticas públicas, ou seja, política de saúde, de um lado; política de educação, de outro; política de ação social, de outro, e assim por diante. A idéia de pensar um indivíduo como totalidade e sua condição de incluído socialmente, portanto com direito à cidade de maneira integral, envolve a implementação de propostas muito mais integradas, abrangentes, intersetoriais, para com isso criarmos condições para que as pessoas excluídas possam efetuar o trânsito dessa situação para uma situação de inclusão plena, que envolva aspectos, por exemplo, ligados à violência urbana, às questões sociais de educação, saúde, cultura, e também a criação de condições para que as pessoas possam se inserir ou se reinserir na economia por meio de pequenos negócios, de cooperativas de trabalhadores, de sua reinserção no mercado de trabalho, e assim por diante.

Creio que há aqui também uma reconceituação, na questão das políticas sociais, do que chamávamos de inversão de prioridades. Ela é fundamental e está hoje colocada na ordem do dia pelo fato de que políticas compensatórias também são preconizadas pelos neoliberais, e quem pensa que a ação a partir da esfera local pode ser transformadora tem de pensar não apenas em programas diferenciados, mas em programas que em última instância tenham realmente como referência idéias transformadoras que, no meu entender, ainda continuam a ser, de verdade, idéias socialistas.

Muito obrigado.

Perspectivas que o desenvolvimento local e a distribuição de renda abrem à construção do socialismo*

Celso Daniel

1) DUAS DINÂMICAS CONTRADITÓRIAS: SISTEMA DEMOCRÁTICO X MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA

- fim do século XVIII: 2 acontecimentos simultâneos:
 - constituição do Estado-nação moderno ⇨ sistema democrático (muito mais que um regime político)
 - constituição do modo de produção capitalista (que se nutre do Estado-nação, sob diferentes regimes políticos: democracia, ditadura).
- a democracia não é obra burguesa; a luta de classes tem sido luta pela conquista de direitos, instituída por vias selvagens, indomesticáveis ⇨ necessidade de ir além de Marx (em particular, de sua crítica aos Direitos do Homem; o problema não é o que ele lê nos direitos do Homem (seu uso pela burguesia), mas o que ele é impotente para neles descobrir (suas funções positivas) ⇨ os direitos aparecem como mera ilusão (cf. *O Capital*, livro I, cap. IV, p. 145, Ed. Nova Cultural: “a esfera da circulação [...] era de fato um verdadeiro Éden dos direitos naturais do homem. O que aqui reina é unicamente Liberdade, Igualdade, Propriedade e Bentham”. É ao sair da esfera da circulação,

* Este texto foi apresentado por Celso Daniel aos organizadores do seminário Socialismo e Democracia como texto-base da sua exposição. Como se pode notar, trata-se de um roteiro para a sua exposição. O texto está reproduzido seguindo fielmente o original apresentado por Celso Daniel, apenas com algumas correções ortográficas.

adentrando a da produção, que se descobre o segredo da troca desigual [da mais-valia]).

- O totalitarismo – fascista ou soviético – se ergue sobre as ruínas dos direitos do homem. (cf. *Stalin*, de Trotski: “*L’Etat c’est moi!*” é quase uma fórmula liberal em comparação com as realidades do regime totalitário de Stalin. Luís XIV identificava-se apenas com o Estado. Os papas de Roma identificavam-se ao mesmo tempo com o Estado e com a Igreja, mas unicamente durante as épocas do poder temporal. O Estado totalitário vai muito além do César-papismo, pois abarca toda a economia do país. Diferentemente do Rei-Sol, Stalin pode dizer a justo título: *La société c’est moi!*”).

- sistema democrático (cf. Lefort) ⇔ divisão entre sociedade civil e Estado; distinção entre o poder político (limitado de direito) e o poder administrativo (fundado na burocracia do Estado, que tende a submeter cada vez mais o detalhe da vida social).

Papel da esfera pública (relação: público x privado) (cf. Vera S. Telles, ao criticar H. Arendt): ações coletivas são vinculadas a interesses, em meio a conflitos que atravessam o campo social; se tais interesses aparecem como algo mais que a simples defesa corporativa, depende da articulação de uma linguagem por meio da qual interesses privados podem ser desprivatizados e, portanto, reconhecidos publicamente na sua legitimidade; é na linguagem dos direitos que a defesa de interesses se faz audível e reconhecível na dimensão pública da vida social.

- K. Polanyi (*A grande transformação*) ⇔ a utopia irrealizável do mercado auto-regulador (pelo qual as relações sociais se vêm encapsuladas no interior do sistema econômico), no século XIX e início do XX, levou a sociedade a adotar medidas para se autoprotger ⇔ comprometimento da auto-regulação do mercado ⇔ desorganização da vida industrial ⇔ origem dos totalitarismos e guerras mundiais; as origens do

cataclismo cujo auge foi a Segunda Guerra residem no projeto do liberalismo econômico, visando criar um sistema de mercado auto-regulador.

2) SOCIALISMO

- Habermas ⇨ vivemos ainda o tempo moderno (não se esgotaram as energias utópicas): a consciência do tempo inaugura um horizonte em que o pensamento utópico se funde ao pensamento histórico (mas, contra Habermas: não vivemos também o fim das utopias vinculadas a uma sociedade do trabalho).

- derrocada do socialismo real, ao lado de profundas transformações econômicas, sociais e políticas recentes ⇨ perda de referências antes “seguras” sobre o socialismo.

- ponto de partida ⇨ socialismo com a radicalização da democracia (nos vários âmbitos da vida humana). Em meio a conjunto de princípios gerais, nem todos compatíveis entre si (cf. Grahame Thompson – *Flexible Specialization, industrial districts, regional economies: strategies for socialists?* – compromisso com a propriedade comum e a organização cooperativa, promoção de decisões democráticas em todas as dimensões da vida, supressão e controle dos mecanismos de mercado em alocação e distribuição, compromisso com igualdade de oportunidades (e, em certos casos, de resultados), generalização do emprego e competências culturais para viabilizar o autodesenvolvimento e a autonomia no trabalho e no lazer).

- referências a partir da Escola da Regulação (cf. Lipietz – *Audácia*). ⇨ modelo de desenvolvimento: longo período, no capitalismo, em que o regime de acumulação é o resultado macroeconômico do funcionamento do modo de regulação, com base num modelo de organização do trabalho (alicerçado numa visão de mundo, fundando um grande compromisso, que pode e costuma ser defendido por famílias políticas, da esquerda à direita; exs.: fordismo, neoliberalismo).



- na ordem do dia ⇨ proposta de um modelo de desenvolvimento (projeto de nação) orientado por referências socialistas:

- (cf. Francisco de Oliveira: O antivalor) alargamento da esfera pública (vinculada à instituição de um fundo público, como pressuposto do capital) ⇨ economia de mercado socialmente regulado ⇨ reconhecimento da alteridade, do outro, do terreno indevassável de seus direitos (donde se estruturam as relações sociais); o pós-Estado de bem-estar: demarcar, de modo cada vez mais claro, os lugares de utilização e distribuição da riqueza pública, tornada possível pelo próprio desenvolvimento do capitalismo sob uma forma transformada de luta de classes. Quando todas as formas de utilização do fundo público estiverem demarcadas e submetidas a controles institucionais, então o Estado se transformará no Estado mínimo (forma de produção do excedente que não tem mais o valor como estruturante, mas sim os valores de cada grupo social dialogando soberanamente).

- sistema produtivo: vinculação entre eixos dinâmicos da economia e noção de economia solidária (cooperativas de autogestão, microcrédito, ênfase na pequena produção); regulação social calcada nos valores da cooperação, da solidariedade, da participação nos temas de interesse público (a comunidade cívica de que fala R. Putnam); implicação do movimento sindical nas formas de organização do trabalho.

- novamente o pós-Estado de bem-estar; a necessidade de superar o autoritarismo na unidade de produção (fordismo), o produtivismo (não-respeito ao meio ambiente e às várias formas de discriminação social) e o formalismo burocrático, castrador de iniciativas, da repartição de benefícios do Estado de bem-estar (relacionado ao alargamento do poder administrativo).

- o Estado: pistas a partir da Comuna de Paris (cf. Marx, *Guerra Civil na França*): alavanca para extinguir os fundamentos econômicos das

classes sociais, com a emancipação do trabalho (fórmula aparentemente excessiva, para hoje); governo barato; forma política flexível; modelo para a França: deputados demissíveis e com mandato imperativo para as poucas mas importantes funções que restariam a um governo central, ou seja, organizar a unidade nacional mediante um regime comunal (isto é: modelo radicalmente “descentralizado”, referência para o controle do poder político e do poder administrativo, abrindo espaço para o desenvolvimento local com autonomia relativa).

- pontos de contato com Lipietz e Benko (*As regiões que ganham*)
⇒ no quadro de um modelo nacional de desenvolvimento: formação de blocos sociais territoriais (inspiração gramsciana) coordenando “modelos de desenvolvimento locais”, dotados de autonomia relativa (“endógenos”), inspirados nas noções de radicalização democrática.

3) O BRASIL E SUAS ESPECIFICIDADES

- O Brasil como uma Federação (multiplicidade de núcleos de poder institucionalizada).

- convivência, no âmbito local, de inovações transformadoras, revolucionárias (ex.: co-gestão pública do OP [Orçamento Participativo]), ao lado do que existe de mais arcaico como prática e cultura política (mandonismo local);

- o Brasil “funciona” como uma Federação peculiar: as “oligarquias regionais” no governo Tancredo/Sarney, a articulação estreita entre os parlamentares nacionais e suas bases locais (o poder municipal).

- Categorias sociológicas sempre repostas: a simbiose do arcaico e do moderno, a permanência na transformação; convivência (atávica) de violência com intimidade ⇒ o patrimonialismo estatal e a atrofia da esfera pública; a tese da incompatibilidade entre dominação burguesa e democracia no Brasil (recorrentes “fugas para a frente”, produto da

incapacidade de arbitrar perdas aos vários grupos dominantes) ⇔ a reposição do binômio autoritarismo (em diferentes roupagens) e dependência (tecnológica e financeira) (cf. Caio Prado, Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre, Celso Furtado, Florestan Fernandes, Roberto DaMatta, José Luís Fiori etc.).

A partir das especificidades ⇔ todo cuidado com as forças de continuidade que, com frequência, conduzem, ocultas, linhas de ruptura/ transformação.

4) DESENVOLVIMENTO LOCAL E SOCIALISMO NO BRASIL

• A relação entre desenvolvimento local e socialismo se traduz em dois níveis:

- referências de gestão local que significam tradução concreta de princípios socialistas.

- construção prática de bases para um projeto nacional (constituído por um novo pacto federativo) ⇔ blocos sociais territoriais buscando a conquista da hegemonia regional.

- A agenda local comporta, em cada caso, diferentes alternativas de gestão pública, inspiradas em distintos valores e visões de mundo. Para a constituição de um modelo de desenvolvimento local pautado pelos valores socialistas da radicalização democrática, pode-se destacar:

- Estado local forte e democrático (condição para a regulação social dos mercados locais), envolvendo:

- fundo público (suposto: carga tributária compatível) que sustente o alargamento das esferas públicas democráticas – inclusive as de novo tipo, inspiradas na partilha de poder (democracia representativa – democracia direta): OP, planejamento participativo do futuro, gestão de políticas e equipamentos.

- outro Estado local (democracia e eficiência) ⇔ prestação de serviços públicos com qualidade e baixo custo, criando condições (via indicadores e metas) para o controle público. (Isto é, combate em várias frentes ao poder administrativo: pela descentralização local, pela modernização administrativa e pelos canais de controle público sobre o Estado.)

- desenvolvimento local inclusivo (expresso em diferentes dimensões: econômica, social, urbana, ambiental, cultural).

- desenvolvimento econômico ⇔ ação nas esferas da produção e da distribuição; regulação pública dos mercados locais; ênfase na criação de benefícios regionais (que agregam qualidade de vida e convidam à participação plural, em contraste com a alternativa de redução de custos regionais); prioridade para geração de trabalho e renda, para a cooperação entre os agentes, formas alternativas de produção (cooperativas), microcrédito, fortalecimento da pequena produção, defesa dos direitos trabalhistas.

- desenvolvimento urbano e ambiental ⇔ regulação social do mercado imobiliário, com a superação da dicotomia entre cidade legal/cidade ilegal e a apropriação pública de parcela da valorização imobiliária; construção e apropriação de espaços públicos urbanos de qualidade (cidades policêntricas), preservação e conservação do meio ambiente.

- inclusão social ⇔ para além de políticas compensatórias e da inversão de prioridades: política integrada e multidimensional de inclusão social (garantia de mínimos sociais como direitos); afirmação dos direitos contra discriminação (gênero, raça, portadores de deficiências, faixas etárias etc).

- identidade cultural regida pelo princípio da cidadania (pertencimento vinculado à afirmação de uma comunidade cívica).

- Em suma: Estado local forte, condutor de um modelo de desenvolvimento local inclusivo guiado pela referência do direito à cidade, combinando:

- democracia procedimental (alargamento das esferas públicas democráticas pela via de co-gestão/partilha de poder/controlado público do poder administrativo/articulação entre democracia representativa e direta).
- democracia substantiva (desenvolvimento inclusivo nos vários níveis: econômico, social, urbano, ambiental, cultural).

Bibliografia

(Elaborada por Ivone de Santana)

- ARENDR, H. *A condição humana*. Rio de Janeiro, Forense, 1981.
- BENKO, G. e LIPIETZ, A. *As regiões ganhadoras. Distritos e redes – os novos paradigmas da geografia econômica*. Oeiras, Celta Editora, 1994.
- DA MATTA, R. *A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. Rio de Janeiro, Rocco, 1987.
- DANIEL, C. A. “Internacionalização, integração e o papel das cidades”. *Cidade, cidadania e integração*. Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul e Instituto Friedrich Naumann, 1997, p. 75-85.
- _____. *Poder estatal local – um quadro teórico e uma análise dos governos locais com participação popular no Brasil recente*. Dissertação de mestrado apresentada à Escola de Administração de Empresas de São Paulo/Fundação Getúlio Vargas. São Paulo, EAESP/FGV, 1992.
- _____. “As administrações democráticas e populares em questão”. *Espaço e Debates*, nº 30 (*Revista de Estudos Regionais e Urbanos*), p. 11-27.

- _____. “A gestão local no limiar do novo milênio”. In: BARRETO, L., MAGALHÃES, I. e TREVAS, V. *Governo e cidadania, balanço e reflexões*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.
- FIORI, J. L. “O nó cego do desenvolvimento brasileiro”. *Novos Estudos Cebrap*, nº 40. Cebrap, São Paulo, 1994, p. 125-144.
- _____. *Os moedeiros falsos*. Petrópolis, Vozes, 1997.
- _____. “Globalização, hegemonia e império”. In: *Poder e dinheiro. Uma economia política da globalização*. Petrópolis, Vozes, 1997.
- HABERMAS, J. *A crise da legitimação no capitalismo tardio*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1980.
- _____. “O Estado-Nação europeu frente aos desafios da globalização”. *Novos Estudos Cebrap*, nº 18. Cebrap, São Paulo.
- HOLANDA, S. B. de. *Raízes do Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.
- LEFORT, C. *A invenção democrática – os limites do totalitarismo*. São Paulo, Brasiliense, 1983.
- LIPIETZ, A. *Audácia: uma alternativa para o século XXI*. São Paulo, Nobel, 1991.
- MARX, K. *O capital*, vol. 1. São Paulo, Nova Cultural, 1982.
- MARX, K e ENGELS, F. “A Guerra Civil na França”. *Textos*, vol. 1. São Paulo, Edições Sociais, 1977, p. 155-219.
- O’DONNELL, G. “Poliarquia e a (in)efetividade da lei na América Latina”. *Novos Estudos Cebrap*, nº 51. Cebrap, São Paulo, 1998, p. 37-62.
- OLIVEIRA, F. de. *Os direitos do antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita*. Petrópolis, Vozes, 1997.
- _____. *O elo perdido – Classe e identidade de classe*. São Paulo, Brasiliense, 1987.
- _____. “Além da transição, aquém da imaginação”. *Novos Estudos Cebrap*, nº 12. Cebrap, São Paulo, 1985, p. 2-15.

- _____. “Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal”. In: OLIVEIRA, F. de e PAOLI, M. C. (orgs.) *Os sentidos da democracia*. Petrópolis, Vozes, 1999.
- POLANYI, K. *La Gran Transformación – Crítica del liberalismo económico*. Madrid, Ediciones de La Piqueta, s/d.
- REIS, J. C. *As identidades do Brasil – de Varnhagen a FHC*. São Paulo, FGV, 2000.
- SADER, E. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980*. São Paulo, Paz e Terra, 1988.
- TELLES, V. S. “Espaço público e espaço privado na constituição do social: notas sobre o pensamento de Hannah Arendt”. *Revista Tempo Social*. São Paulo, Universidade de São Paulo, primeiro semestre de 1990.
- _____. “No fio da navalha: entre carências e direitos – notas a propósito dos Programas de Renda Mínima no Brasil”. In: “Programa de renda mínima no Brasil: impactos e potencialidades”. *Pólis*, nº 30, São Paulo, 1998.
- _____. *Pobreza e cidadania*. São Paulo, Editora 34/USP, 2001.
- THOMPSON, G. “Flexible specialization, industrial districts, regional economies, strategies for socialists?”. *Economy and Society*, vol. 18, nº 4, 1989.

Comentários

Marina Silva

O caboclo, o pesquisador e a canoa – Boa tarde a todos. Eu já sabia que o primeiro ciclo de debates¹⁰ havia sido bastante participativo, mas estou surpresa de ver o quanto estamos vivos para um debate dessa natureza. Gostaria de agradecer pelo convite e dizer que me sinto honrada em integrar esta mesa. Não pretendo fazer aqui nenhuma reflexão teórica. Acredito que posso contribuir mais como um “objeto de estudo”, pois o Acre é uma experiência bem localizada e eu sou fruto de uma experiência local, especificamente com os seringueiros do estado do Acre. Lá estamos construindo uma alternativa fraterna, justa, solidária a partir de referenciais locais. Nesse sentido, o Acre tem uma grande contribuição a oferecer a partir desses referenciais.

Enquanto o prefeito Celso Daniel falava, eu pensava: por que o conceito de reserva extrativista surgiu da cabeça dos seringueiros do Acre, quando havia tantos estudiosos pensando saídas e alternativas para a Amazônia que compatibilizassem desenvolvimento econômico, justiça social e preservação dos valores culturais e ambientais daquela região? Por que algumas críticas, tão em voga atualmente, dirigidas ao modelo de desenvolvimento baseado numa visão industrial e num processo bas-

10. Este seminário faz parte do segundo ciclo de debates “Socialismo e democracia” (ver página 119). Marina Silva faz referência ao primeiro ciclo, que aconteceu entre 10 de abril e 19 de junho de 2000.

tante atrasado de formação de riqueza, vão surgir justamente em comunidades aparentemente “primitivas” ou completamente apartadas do desenvolvimento que se processa no mundo?

A crítica a esse modelo, partindo exatamente daqueles setores e de forma tão localizada, nos leva a pensar que qualquer iniciativa é sempre uma experiência localizada, na medida em que tem um ponto de partida em algum lugar, a partir do qual ela é apropriada, generalizada e muitas vezes banalizada, até que surja uma outra alternativa para dar início a um novo processo.

Celso Daniel foi muito feliz quando disse que não gosta de falar em desenvolvimento local de forma genérica, é preciso que isso seja trazido para um espaço determinado. Só podemos entender as coisas em seu contexto, porque todas as alternativas são localizadas, ou seja, têm de dar uma resposta para o problema que se coloca naquele ponto.

Chico Mendes e as reservas – Nossa experiência, durante muito tempo, foi marginal também dentro do próprio PT. Lembro que, quando Chico Mendes começou a falar de reserva extrativista, de certa forma se contrapunha ao modelo de reforma agrária que o PT construía até então (muito baseado nas Ligas Camponesas). Chico propunha uma reforma agrária diferenciada na Amazônia. Quando Chico Mendes foi aos Estados Unidos, questionando o Banco Interamericano de Desenvolvimento sobre a abertura de uma estrada que passaria por seringais, por dentro das comunidades indígenas, causando um prejuízo ambiental, cultural, social irreparável, muitos dos nossos companheiros do movimento sindical e do PT reagiram a esse ato com um certo estranhamento: por que reclamar lá fora daquilo que era um problema nosso, aqui dentro?

Mas foi exatamente a partir da capacidade de fazer essa interação entre a tradição e a modernidade que conseguimos gestar talvez uma

das experiências mais ricas que temos na Amazônia hoje. Nem sempre o que é moderno é o melhor. Como também nem sempre o tradicional é o melhor. Vivemos exatamente na busca dessa mediação entre a tradição e a modernidade para que se chegue a um determinado ponto e, num movimento espiral, possamos partir para experiências inovadoras.

As inovações que estamos gestando são o inverso de tudo o que vem acontecendo no país: nós tivemos uma organização sindical que foi da floresta para a cidade, enquanto nas demais regiões do nosso país havia um modelo que fazia o movimento inverso – da cidade para o campo. Por exemplo, o movimento com Lula organizando os trabalhadores na década de 1970 no ABC. No Acre, os seringueiros diziam para os bancários, para os funcionários públicos que eles tinham de fazer sindicatos e se organizar também. Era surpreendente, porque os mais “primitivos” é que falavam para os mais “modernos” acreditarem no seu próprio potencial e que com organização se poderia gerar algum benefício.

Então, desde o início, essas peculiaridades já nos colocaram numa situação de trabalho sempre em âmbito local. Nas demais regiões era possível fazer um questionamento mais político-ideológico sobre as propostas de modelo econômico que estavam em disputa. No Acre isso era quase impossível. Se eu fosse disputar a eleição para o Senado dizendo que eram os neoliberais que faziam estradas de qualquer jeito, pecuária de qualquer jeito, exploração madeireira de qualquer jeito, eu não teria conseguido nenhum voto. Eu tinha de falar exatamente numa linguagem que abordasse a especificidade local; a disputa nos últimos 20 anos tem-se dado de forma muito particularizada. Isso não significa que não exista uma formulação teórica, uma reflexão acumulada sobre a prática, mas o discurso teve de ser realista e original.

E aí começamos a questionar o modelo, dando nome, endereço e telefone: “Esse negócio de progresso e modernidade de que se fala por aí



nada mais é do que derrubar florestas para plantar capim e criar boi. Um hectare de floresta vale mais do que um hectare de capim”. Buscamos meios, técnicas e formuladores para provar que era possível ter mais lucro num hectare de floresta do que num hectare de capim. Hoje todas as pessoas sabem que o capim que substitui um hectare de floresta amazônica não dá para engordar mais que uma vaca e meia. Parece loucura, mas esse modelo já chegou à Amazônia completamente falido, apesar de sua aparente modernidade.

Vendiam-nos a idéia de que a Amazônia era uma floresta homogênea, quando convivíamos com uma floresta altamente diversificada. Diziam-nos também que era um vazio demográfico, quando éramos 20 milhões de pessoas habitando no interior da floresta e nas cidades. E só com os índices demográficos que temos é possível a Amazônia ser uma floresta altamente diversificada.

Aquelas idéias que nos foram impostas acompanhavam modelos de desenvolvimento baseados nos grandes projetos para exploração de garimpo, de madeira, de pecuária extensiva e muitos outros. Há até mesmo quem acredite ser possível espalhar a soja na Amazônia. Quando essa discussão foi feita localmente, adquiriu uma outra dimensão, que era a da disputa local lá em Xapuri, em Sena Madureira – tudo tem local, nome, pessoas. Só que a isso hoje, sofisticadamente, nós chamamos de “modelo de desenvolvimento sustentável para a Amazônia”. E leva também outro nome: “economia solidária” – uma economia socialista em que o desenvolvimento das comunidades apóia-se em cooperativas, em associações, numa tessitura social admirável que começa com o índio ainda nem sequer contatado.

Aliás, nós temos ainda, graças a Deus, mais de 500 pessoas que nunca tiveram contato com a nossa cultura, e o Acre se orgulha muito disso. É uma demonstração de que naquele cantinho ainda é possível saltar do modelo

fordista diretamente para a era do conhecimento. E nós somos ousados para fazer isso. Não queremos as inúteis quinquilharias que a indústria esparrama pelo mundo de hoje. O que queremos hoje é conhecimento e tecnologia para que possamos apreender da nossa realidade e com a natureza que nos acolhe o necessário para crescermos social e economicamente de forma justa. É claro que tudo isso, como disse Celso Daniel, não pode ser desarticulado de uma perspectiva econômica, social e cultural mais ampla.

As seis sustentabilidades – Acredito que é possível generalizar para o país e para o planeta a sustentabilidade que defendemos para o nosso desenvolvimento. É um modelo baseado em seis pontos, sem hierarquia entre eles: um modelo de desenvolvimento tem de ser sustentável economicamente, socialmente, ambientalmente, politicamente, culturalmente e eticamente.

Sem essas seis *sustentabilidades*, não estamos construindo uma economia solidária ou socialista. O socialismo errou ao considerar que poderíamos negligenciar a natureza. Como resultado, testemunhamos toda sorte de danos ambientais somarem-se aos desastres que ocorreram no Leste Europeu. Como a nossa utopia foi capaz de apartar o bem-estar da humanidade da integridade da natureza? Não queremos mais reeditar esse erro, e nossa nova forma de ver o mundo vai ter de incorporar todas essas sustentabilidades.

Quero concluir enfatizando a sustentabilidade cultural – reivindicando e legislando em causa própria. Muitas vezes a nossa forma de pensar o desenvolvimento é preconceituosa. Como diz Caetano Veloso, “Narciso acha feio o que não é espelho”. Mas apenas diante do diferente é possível realizar a troca. E foi como Narciso que se tentou transformar a Amazônia em São Paulo, Minas, Rio de Janeiro. Sofremos inúmeras conseqüências do modelo de desenvolvimento que foi implantado. Tínhamos até receio de falar em desenvolvimento regional, chegamos a acreditar que tinha de ser um desen-

volvimento nacional ou internacional. Hoje o desenvolvimento regional e o desenvolvimento local começam a dar as bases para o que estamos propondo como modelo de desenvolvimento para o nosso país. Embora seja pontual, a experiência do orçamento participativo do Rio Grande do Sul é belíssima. Em outros pontos do país devem existir outras tantas experiências que podem ser muito positivas sob uma visão sistêmica. E o Acre quer contribuir com um modelo que pense a sustentabilidade nas seis dimensões que acabei de mencionar. Acredito que, se estivermos concatenados com todas essas teorias e esses formuladores que Celso Daniel citou, poderemos, sim, criar nova motivação para a nossa ação política dentro do nosso partido e das entidades com as quais nos relacionamos.

Ser o arco e a flecha – É necessário que tenhamos uma motivação viva, que represente o sonho de cada um. O sonho de cada um não é algo homogêneo, mas cada um há de se mobilizar, claro, a partir de princípios universais. Estamos todos no mesmo barco, embora cada um tenha uma motivação diferente.

Eu, por exemplo, tenho uma motivação muito grande com relação ao tema de direitos humanos e meio ambiente. No entanto, não vou pegar as ferramentas para trabalhar temas em que já existem milhares de pessoas que podem fazer mais do que eu. Aprendi com os índios que nós temos de ser arco e ser flecha ao mesmo tempo. Se na questão ligada à defesa da Amazônia sou o arco que impulsiona, na questão da mulher e do negro sou a flecha que é impulsionada. Temos de aprender a fazer isso de uma forma fraterna, respeitando as diferenças, brigando quando for necessário mas estando juntos, agindo em rede de forma a diluir um pouco as nossas ânsias de autoria.

Acredito que o conjunto das belíssimas experiências locais que estamos gestando em todo o país poderá integrar as bases de um modelo capaz

de transferir para a realidade o que temos ainda apenas em sonhos. Termino com uma história para os que não conhecem o meu estado.

Dizem que havia um pesquisador que queria conhecer um pouco o desenvolvimento local na Amazônia e subiu numa canoa com um caboclo. Cansado de tanto anotar e visitar as comunidades, já não agüentando mais picada de carapanã (pernilongo, como se diz no Sul), ele resolveu puxar um papo com o caboclo:

– Caboclo, você sabe geografia?

O caboclo disse:

– Sei não, senhor doutor – e continuou calado.

O pesquisador, mais à frente, resolveu tentar de novo:

– Sabe história, caboclo?

– Não, senhor.

– Então você já perdeu metade da vida. Não sabe geografia, não sabe história... História e geografia são fundamentais para fazermos as conexões com o mundo. Sabe matemática?

– Sei não, senhor doutor.

– Então, caboclo, você está frito. Como você vai vender esse seu peixe? Vai ser enganado pelo patrão...

E foi perguntando e o caboclo só sabia dizer que não sabia. Lá pelas tantas, bate a proa da canoa numa samaúma que vinha de bubuia. A canoa afunda, e eis que o pesquisador começa a afundar e gritar:

– Caboclo, socorro! Caboclo, socorro!

O caboclo, nadando, olha para trás e diz o seguinte:

– O senhor sabe nadar, doutor?

– Sei não, caboclo. Socorro!

– Então, doutor, perdeu sua vida toda, porque aqui quem não sabe nadar morre.

A meu ver, desenvolvimento local é um pouco isso.

Comentários

Miguel Rossetto

Projeto local e projeto nacional – Boa tarde a todos. Quero registrar um elogio à iniciativa do seminário. Creio ser importante – e isso não é protocolar – registrar a qualidade da iniciativa. Penso que tantas vezes quantas nos colocamos o desafio de compartilhar e refletir nossas experiências, idéias e referências teóricas, de tal forma a compreender melhor a nossa ação e iluminar o nosso comportamento, tanto mais conseguimos estabelecer relações entre tática e estratégia e cotejar as nossas experiências com as nossas plataformas. E, quanto mais conseguimos realizar esse processo, mais crescemos.

Seminários como estes se realizam num momento muito importante para o nosso partido. Acumulamos um enorme espaço político no país, no último período. Conquistamos espaços importantes em prefeituras e em estados. Acumulamos parcelas significativas de poder em várias dimensões institucionais e, portanto, pensar ou articular essas experiências a partir da visão estratégica que temos do mundo e da sociedade que queremos construir guarda necessariamente um valor singular. Todas as vezes que de alguma forma recusamos esta relação entre prática e teoria e entre tática e estratégia, quando de alguma forma aderimos ao



pragmatismo muitas vezes desqualificado – e a experiência da esquerda está recheada de situações como essas –, sofreremos derrotas políticas enormes.

Portanto, diante da responsabilidade que o nosso partido acumulou no último período, e diante da agenda política colocada para todos nós, é evidente que temas como esse guardam uma enorme atualidade. Fiz uma opção, diante de um tema dessa envergadura, e vou procurar trabalhar com algumas idéias para colaborar com este debate: vou procurar manter uma dupla fidelidade aqui, a fidelidade ao tema proposto pelos organizadores e a fidelidade à minha condição de debatedor.

A idéia básica é compreender um pouco o período que estamos vivendo, os desafios em relação ao tema do poder local, das nossas experiências, e a relação desse processo com uma dinâmica política nacional e internacional capaz de sustentar uma estratégia de transformação revolucionária.

Enterrar o ciclo neoliberal – Estamos fazendo este debate em uma conjuntura política de crescimento importante, com a possibilidade de acumulação das nossas experiências num espaço enorme e largo em escala nacional. Estamos diante de um cenário de grandes possibilidades marcado pela disputa eleitoral de 2002. Este cenário que estamos vivendo encerra um ciclo de hegemonia neoliberal em nosso país, marcado pelo governo Fernando Henrique Cardoso, que vai exigir da nossa parte não só uma política contundente do ponto de vista da radicalidade, da denúncia desse modelo, mas, evidentemente, uma enorme capacidade de anunciarmos ao povo brasileiro um desenho estratégico do modelo de sociedade que nos propomos a construir junto com o nosso povo. Um desenho estratégico, com as mediações necessárias,

que se constitua em referência de construção dessa nova sociedade democrática e popular e que deverá guardar, na sua dinâmica política, uma relação com a visão do futuro que nós queremos, da sociedade socialista que almejamos.

Celso Daniel já abordou rapidamente algumas características sobre o período que estamos enfrentando e sobre em que momento realizamos as nossas experiências locais, municipais e estaduais de construção de um projeto democrático e popular. Isso é fundamental porque de alguma forma organiza a noção de possibilidades e de limites. A noção de possibilidades e contradições.

É importante registrar a dimensão, a envergadura estrutural do projeto neoliberal que Fernando Henrique Cardoso construiu, ou destruiu, em escala nacional. Projeto que aparece anunciando a idéia de fim da história, anuncia a criação de um novo e potente ciclo de desenvolvimento capaz de gerar riquezas e distribuí-las. Após dez anos da vitória desse projeto em escala continental e mundial, agora nos cabe realizar um balanço rigoroso do fracasso de suas promessas. O custo do processo de venda selvagem do patrimônio público, que não gerou um Estado equilibrado e apto a investir em políticas sociais, como se anunciava, e resultou num Estado ainda mais endividado, com menor capacidade de incidência nas políticas econômicas. A idéia de um processo de retirada de direitos trabalhistas não ampliou a capacidade de geração de emprego, mas ampliou, sim, o próprio desemprego e a precarização das relações de trabalho. A idéia de uma abertura comercial indiscriminada não gerou um círculo virtuoso de crescimento e de novos investimentos, mas uma brutal desnacionalização da economia, uma quebra de cadeias produtivas importantes no nosso país.

Uma questão que considero desafiadora para todos nós, do ponto de vista da política, é trabalharmos com a contundência, com a capacidade,

com a energia necessária a idéia de que o neoliberalismo encerra um ciclo e fracassou em todos os propósitos anunciados que buscavam lhe aferir legitimidade política e social. Um fracasso econômico, um fracasso social e um fracasso ético.

Temos a tarefa de enterrar – e esse me parece que é o sentido, enterrar por inteiro – esse ciclo neoliberal no nosso país. Não se trata portanto de derrotar Fernando Henrique e ACM [Antônio Carlos Magalhães] como símbolos, mas de derrotar os valores constitutivos desse modelo, os valores culturais, ideológicos, que foram incorporados ao projeto.

É nossa tarefa constituir um grande marco de derrota política e ideológica desse ciclo neoliberal.

Esse ciclo neoliberal traz elementos novos, de qualidades novas para as políticas regionais. Vou ser telegráfico aqui, talvez possamos aprofundar mais tarde. Basicamente esse ciclo de desconstituição das estruturas estatais oferece como elemento de política de desenvolvimento regional, desde o ponto de vista econômico, apenas a idéia da renúncia fiscal e tributária; o espaço de gestão particular de estados e municípios para sustentar um ciclo de desenvolvimento econômico era reduzido. E o que acompanhamos, portanto, foi um crescimento brutal da chamada guerra fiscal e uma ampliação enorme de uma disputa intra-regional. O “desfinanciamento” dos estados já empobrecidos pela ausência de crescimento econômico e, ao mesmo tempo, um processo de sustentação dessa atração de grandes investimentos econômicos por meio de uma transferência direta da renda pública a esses empreendimentos. Renda pública basicamente financiada por meio da privatização do patrimônio público ou das empresas estatais.

Esse era o ciclo permitido de políticas regionais ou sub-regionais por esse modelo. Uma falência de políticas regionais, um abandono da idéia de política de desenvolvimento nacional; estados e municípios libera-

dos para uma brutal, ampla e selvagem disputa entre regiões, entre municípios e entre estados. Via de regra, uma ampliação de políticas fiscais e outras de transferências ampliadas da renda destinada aos mais pobres nas regiões mais desenvolvidas para os mais ricos nas regiões menos desenvolvidas. Quer dizer, esse é um ciclo que acompanhamos com conseqüências enormes no ambiente federalista, com concentração ou reconcentração do poder de uma forma muito pesada em escala nacional.

Políticas regionais e guerra fiscal – Ao fracasso dessas políticas – e penso que esse é um balanço ainda a ser realizado com profundidade no âmbito partidário – corresponde também uma série de importantes contradições que vivenciamos por conta da política patrocinada por esse modelo. Não é menor a contradição de que espaços municipais e regionais, governados pelo PT, em vários momentos praticam ou articulam políticas dessa natureza, de atração de capitais a partir de políticas fortemente carregadas na renúncia fiscal. Renúncia fiscal como elemento de transferência de renda no sentido inverso, de uma reconcentração de renda. De alguma forma também é importante avaliarmos com profundidade um conceito de desenvolvimento que foi brutalmente impregnado em todos nós, a idéia de que uma grande fábrica – Marina Silva traz elementos importantes para o diálogo, para o debate –, de que uma grande empresa multinacional, via de regra, é sinônimo de desenvolvimento, ou pelo menos sinônimo de vitória eleitoral, na medida em que ela constitui uma capacidade de adesão política importante do modelo. Eu penso que o caso Ford é exemplar. Eu sei que vários de vocês acompanharam o tema Ford/Rio Grande do Sul, Ford/FHC, Ford/Bahia¹¹.

Esta mitologia que sustenta esse tipo de modelo precisa ser desmentida com fatos e dados. Quando assumimos o governo do estado do Rio Grande

11. Em 1997 a Ford e o governador do Rio Grande do Sul, Antônio Britto, anunciaram a instalação de uma nova unidade da fábrica no estado. O contrato incluía um repasse de 210 milhões de reais para a Ford a título de benefício fiscal. Em março de 1998, 42 milhões de reais foram antecipados pelo estado à montadora. Quando Olívio Dutra assumiu o governo do Estado, em 1999, começaram as negociações para rever os termos do contrato, até então desconhecidos dos gaúchos. Depois de muitas reuniões, a Ford anunciou em 28 de abril daquele ano que estava se retirando da mesa de negociações. Ocorre que desde março a Ford vinha negociando paralela e sigilosamente com o então senador Antônio Carlos Magalhães, que numa manobra política junto ao Congresso Nacional destinou uma fabulosa soma de recursos públicos federais para levar a montadora para a Bahia, onde está hoje instalada.

do Sul, em 1999, e por conta da nossa denúncia do contrato com a Ford, que representava a transferência na época de 250 milhões de dólares para esta empresa, a idéia que estava generalizada era que o processo de desenvolvimento industrial do Rio Grande do Sul havia terminado e que a partir dali iríamos viver um longo e doloroso ciclo de declínio da produção industrial. E, portanto, perderíamos, definitivamente, a possibilidade de preservar uma estrutura industrial capaz de produzir, gerar emprego e, de alguma forma, se relacionar com o novo cenário internacional. Dois anos depois, esta economia gaúcha, sem a Ford, encerra o seu segundo ano, no nosso governo, sendo o setor industrial mais dinâmico ou com maior índice de crescimento entre todos os estados da Federação. E, em geral, os estados que mais apostaram na política de renúncia fiscal, como é o caso da Bahia e do Paraná, seguem, de uma forma sólida, crescendo para baixo, em termos de desempenho industrial.

Portanto, é evidente que ao contrário dessa política quase mitológica que entusiasma, que anima, que produz uma brutal pressão política, temos de construir referências de desenvolvimento de uma forma distinta.

É importante salientar o seguinte: há um fracasso nessas políticas. Temos de realizar um balanço sobre o que aconteceu na década de 1990, nos espaços subnacionais, de uma forma mais sólida, na medida em que é evidente que o programa do nosso partido, que um programa da esquerda, deve construir diálogos com o conjunto das experiências regionais existentes no país.

Há um balanço rigoroso a ser feito. Parto da idéia do evidente fracasso também em escala municipal e regional do modelo anunciado e produzido.

Radicalização da democracia – Faço agora algumas referências rápidas à experiência do nosso estado e parto depois para apresentar o que considero possa ser uma colaboração para um referencial estratégico

que possa melhor permitir uma articulação entre a idéia do poder local e a idéia de uma estratégia de transformação socialista.

A primeira delas é a possibilidade real que estamos vivenciando no estado do Rio Grande do Sul de pensar uma estratégia de desenvolvimento que obviamente não guarda só uma dimensão econômica, mas dialoga diretamente com a qualidade de vida de um povo. Tem como base a idéia de uma profunda radicalização da democracia. Essa idéia parte da consideração de que, se é verdade que temos de recuperar um Estado forte, temos também de, no processo de reconstrução do espaço estatal, das estruturas estatais, ampliar desde já o processo de controle social, o processo de democratização e a idéia fundante da participação popular como elemento organizador de um projeto de desenvolvimento. A idéia de que um programa como o nosso, ou a idéia de sustentar um programa de transformações como o nosso, só tem possibilidades políticas de sustentação na medida em que alteramos as relações políticas ou as relações de poder na sociedade; e que a estrutura estabelecida em todos os níveis da institucionalidade produz tamanhas contradições nos nossos governos, invertendo pautas e agendas que só se sustentam e se desenvolvem com uma forte e permanente mobilização e participação popular. Participação popular, portanto, como instrumento de incorporação na política real, na definição das políticas reais, das grandes maiorias excluídas. E, portanto, o conceito de democracia participativa, direta, associada a um conceito de democracia representativa, guarda não uma neutralidade em si, mas uma relação de diálogo direto com uma estratégia de construção de um novo padrão de poder, capaz de viabilizar e capaz de sustentar um programa de transformações, especialmente diante de um quadro político que herdamos, de uma estrutura institucional, de uma estrutura estatal que herdamos.

Constituímos experiências importantes, portanto, a partir dessa referência estratégica, a participação popular como instrumento de organização, de controle de um projeto de desenvolvimento, rompendo com uma visão tecnocrática, burocrática de desenvolvimento. Mais do que isso, é evidente que este valor se traduz num valor real de democratização do poder político, e a democratização do poder político com a incorporação das maiorias excluídas por essa mesma estrutura representativa guarda, eu penso, uma relação estratégica fundamental com a construção da nova sociedade. A idéia de construirmos de fato uma verdadeira democratização do poder político na nossa sociedade.

Recuperação do Estado – Associada a isso, a idéia da possibilidade de recuperação do Estado na sua capacidade de financiamento, de uma rede de proteção social importante, que traduza e dê materialidade a uma carta de direitos sociais que compõe uma visão de cidadania nesse início de século e, portanto, combate ideologicamente a idéia do mercado como provedor de saúde, educação, cultura e tantos outros valores.

A idéia, portanto, de um Estado capaz de adquirir capacidade de financiamento e sustentar e financiar redes de proteção social, redes públicas que tenham a capacidade de oferecer escola pública de qualidade, rede de saúde pública de qualidade e, em conseqüência, de criar as condições reais numa disputa política ideológica de continuar afirmando que um modelo de sociedade como o nosso, se é um modelo que comporta o mercado, não é uma sociedade de mercado, e que nós temos condições de oferecer aos filhos e filhas do povo trabalhador escola pública de qualidade, posto de saúde etc. etc.

Este é um movimento importante que estamos produzindo apesar da brutal crise fiscal que vivemos, mas penso que é uma tarefa central do

ponto de vista programático, que guarda uma grande capacidade de alterar concretamente a vida das pessoas e, ao mesmo tempo, constituir um sentido estratégico importante.

A idéia de que o processo de modernização capitalista não é capaz de, por si só, absorver um contingente enorme de excluídos; a idéia de estabelecer um conjunto de estratégias que tenham capacidade de geração de trabalho, de emprego, de renda para os setores excluídos dessa fase ou desse processo de modernização.

Talvez aí entre um elemento importante do debate, que é mais ou menos o seguinte: se é uma verdade que o nosso programa não se articula em torno do grande capital, temos de ter capacidade de nos relacionar com o capital. E que relação é esta? Não é possível imaginar uma relação de governo e de poder que recusa esta relação e se satisfaz com uma relação marginal, no sentido de periferia da economia. Nós, numa escala estadual, trabalhamos no sentido de construir uma referência de desenvolvimento endógeno. O estado do Rio Grande do Sul é detentor do segundo parque industrial do país. Valorizar, estimular as estruturas de produção industrial, basicamente pequenas e médias empresas, constituir redes de cooperação, proteger e dinamizar os nossos sistemas locais de produção, tudo isso vem constituindo uma estratégia econômica importante que nos permite estabelecer um diálogo claro, aberto, transparente com esses setores e guardar maior eficiência naqueles que são os elementos organizadores de uma estratégia econômica. Gerar emprego, gerar trabalho, democratizar renda. Esses são os valores que devem organizar uma estratégia de desenvolvimento econômico e, portanto, guardados os limites que nós temos do poder ou de poder real, trabalhamos nessa perspectiva, que ao fim e ao cabo é uma perspectiva de democratização da riqueza e da renda. É evidente que associamos isso a uma política forte de qualificação do modelo de desenvolvimento agríco-

la, procurando fugir de um padrão exportador agrícola, incorporando um conjunto de outros valores da agroecologia, que dialogam com os temas de preservação e ao mesmo tempo com sustentação e renda. E obviamente avançarmos no tema da reforma agrária numa perspectiva de democratização da propriedade.

O que quero enfatizar é que as experiências que estamos construindo – que muitas vezes têm representado derrotas importantes, mas também com muitas experiências positivas – precisam ser cuidadosamente analisadas e aprofundadas, porque todas elas, penso eu, guardam referências muito importantes.

O local e o nacional – Eu encerro, portanto, com duas hipóteses de discussão para o nosso seminário. A primeira delas – que nos tensiona permanentemente como companheiros que receberam um mandato do partido para representar este programa numa experiência de gestão, como é o meu caso como vice-governador, o caso do Celso Daniel como prefeito etc. – é que temos que recusar peremptoriamente a idéia de que só é possível implementar com consistência e efetividade uma política de desenvolvimento no terreno nacional. Ou seja, rejeitar a idéia da recusa dos espaços municipais e regionais como produtores de um projeto alternativo. Via de regra essa é uma tese que embasa uma política ultra-esquerdista ou uma política de um pragmatismo enorme. As duas nos levam sistematicamente à derrota. Ou seja, esta idéia de que enquanto não conquistarmos o poder nacional – e me parece que muitas vezes a idéia de um poder nacional é uma eleição presidencial – não há nada o que fazer – e este “não há nada o que fazer”, via de regra, nos leva para aqueles dois cenários, ou o ultra-esquerdismo ou o pragmatismo, e a consequência é a derrota. Nossa experiência – e quando digo nossa experiência me refiro às várias experiências que temos produzido no

país, pautadas por essa relação programática, orientadas pela relação estratégica de transformação – mostra que temos um grande espaço de intervenção política, cultural, ideológica, de afirmação de valores que constituem elementos de transição sólidos para uma sociedade distinta. Capaz mesmo de desconstituir a hegemonia dominante e de alicerçar os valores da solidariedade, do espaço público; e, mais do que isso, espaços significativos de qualificação real da vida das pessoas.

A segunda idéia que quero apresentar é que tão nocivo quanto a idéia de que não é possível fazer nada sem uma grande ruptura em caráter nacional é afirmar ou supervalorizar a possibilidade das experiências do poder local.

Essa idéia, muitas vezes alimentada e sustentada de uma forma incorreta, assume um superdimensionamento das possibilidades locais ou regionais, de tal forma que acaba diluindo a capacidade de enxergar a idéia de um modelo nacional ou de uma agenda nacional. O Banco Mundial é mestre em fazer isso. Ou seja, desse modo é possível sustentar o modelo atual a partir de políticas setoriais, a partir do apoio a programas municipais aqui ou acolá, de tal forma que criem um ambiente de sustentação desse modelo, de possibilidades diante desse modelo.

Então, essa idéia de que é possível construir um novo padrão de desenvolvimento a partir tão-somente de projetos regionais, ou de projetos locais, via de regra associados a essa dimensão hiperatrofiada do terceiro setor, precisa ser enfrentada.

Quero dizer que um projeto regional de desenvolvimento pode, sim, conter em potência, ou com potência, o modelo de uma nova sociedade. Mas só se realiza a partir de mudanças que se localizam no terreno nacional e se estendem no terreno internacional. A idéia básica é que no terreno nacional se encontram os grandes mecanismos de poder capazes de incidir de uma forma mais concreta e real sobre a vida real das

regiões, dos locais e das pessoas. Câmbio, juros, legislação trabalhista, regulação de direito de propriedade etc. Ou seja, penso que a idéia fundamental deva ser nossa capacidade de pensar uma relação entre um poder local e as diversas experiências de gestão que estamos produzindo; elas guardam potência real, dialogam com o sentido estratégico de sociedade que queremos construir, tanto mais elas estiverem relacionadas com a capacidade de compartilharmos, de uma forma paralela no tempo, as diversas agendas. Agenda municipal, agenda estadual, agenda nacional e agenda internacional constituem, em conjunto, uma estratégia política, e tanto mais se conseguimos enxergar a relação do município no estado, a relação do estado para baixo e para cima, tanto mais se conseguimos enxergar as nossas políticas nos espaços internacionais, tanto mais se conseguimos dar potência às nossas experiências e uma referência estratégica mais geral.

Este é o sentido maior da minha colaboração. Quanto mais formos capazes de articular nossa estratégia política, de uma forma simultânea, com o conjunto das agendas políticas, e de compreender o caráter simultâneo dessas agendas, mais transformaremos nossas experiências reais de gestão em experiências potencializadoras da construção de uma nova sociedade.

A idéia, portanto, é de que não estamos administrando uma cidade, construindo nessa cidade ou a partir dessa cidade um programa e um projeto democrático popular; que não administramos um estado, mas temos a tarefa de construir a partir desse estado um projeto democrático e popular que guarde relação direta com as transformações nacionais.

E, tanto mais a agenda internacional chega até nós, mais fácil é compreender isso. Por exemplo, o tema da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). É evidente que um projeto dessa envergadura, que significa tarifa zero comercial, renúncia da capacidade de autonomia de

construção de políticas econômicas, de política industrial, de política tecnológica, retira literalmente a capacidade de produção de políticas nacionais, de políticas regionais e de políticas municipais.

Não é possível imaginarmos espaços de construção de políticas autônomas com um país aprisionado numa estrutura institucional internacional, em que se delega a esse tratado internacional toda a capacidade de produção de política industrial, tecnológica, comercial etc.

Encerro com esse exemplo, dando a dimensão de como as nossas agendas são rigorosamente interligadas. Uma estratégia forte exige uma capacidade de articularmos em conjunto essas agendas, ou então estaremos despotencializando a nossa capacidade de produção de uma outra hegemonia política na sociedade.

Muito obrigado.

Comentários

Ladislau Dowbor

Urbanização e gestão social – Acho muito importante cruzarmos os conceitos de marxismo e socialismo e o de local. O conceito de espaço praticamente não existe na obra de Marx. É interessante uma questão que discutimos bastante com Milton Santos: as dinâmicas espaciais são poderosas na organização econômica. Nós nos referimos em particular ao espaço local, que apesar de pequeno constitui um espaço político essencial. Na realidade, não estamos falando do local em abstrato, mas do espaço no qual a comunidade pode se articular. Aquele em que a educação, a saúde, a produção, as pequenas empresas podem se transformar em um espaço integrado de construção social e econômica, porque, de outra forma, dependemos de setores, de ministros, de coisas que vêm de cima. Estamos articulando gente, estamos administrando o espaço. Considero isso muito importante. É o primeiro debate de que participo que faz de fato uma discussão teórica entre as dimensões políticas, no sentido amplo dos nossos grandes ideais, e o espaço local. Isso é extremamente poderoso.

Não temos nenhuma desculpa a pedir quanto aos nossos ideais. Os ideais do socialismo, de uma sociedade mais humana, estão aí, e continuamos a batalhar por eles.



Mas, numa sociedade que mudou radicalmente, temos de passar a construir esses ideais de uma maneira diferente. Como esquerda, fomos sempre acuados a um tipo de estatismo, e vestimos essa carapuça. O estatismo é problemático – acho que Celso Daniel fez muito bem ao levantar essa questão –, e não é central ao marxismo. Ele é central na medida em que, numa visão de estratégia de luta bem leninista, se conquista o Estado para se contrapor ao poder da burguesia, ao poder econômico. É uma alavanca para derrubar o poder do capital sobre a sociedade, para numa segunda etapa evoluir para a redução e o fim do Estado. O objetivo é um espaço democrático – para Marx, é óbvio. De tanto querer construir o socialismo, acabamos por caminhar num sentido profundamente inverso, e é complicado e interessante como essas coisas se deram.

Trabalhei na Polônia, na Argélia, na Nicarágua, em uma série de países socialistas. Com esse tipo de experiência, acabamos por sentir o peso desses sistemas de organização, nos quais o poder formal capitalista é extinto ou reduzido muito fortemente e não é substituído por um sistema democrático de gestão. O resultado é uma máquina burocrática, em que constatei, por exemplo, que o poder de um grande empresário privado e o de uma grande empresa estatal na Polônia podiam ser rigorosamente semelhantes. Tal como no caso do proprietário de meios de produção, vemos uma pirâmide de poder que vai se construindo. São aspectos que devemos repensar; felicito a organização desse trabalho por cruzar os temas socialismo e poder local.

Venho há muitos anos brigando pelos espaços descentralizados. Cansei de gente que me explicava: “Mas isso é pequenininho, isso não é política...”.

Imaginamos sempre que a política é algo que conquistamos. Está lá em cima, em algum lugar há um bolo. Então, quando chegamos lá, pegamos o bolo. É nosso.

Lembro-me de conversas do nosso grupo com Salvador Allende, no Chile, e ele dizia: “Olha, eu estou aqui no Palácio. No meu Palácio. Ponto. Eu tenho dois oficiais do Exército que me apóiam”. Ocupar o Palácio resolve?

Tomo o exemplo inverso do Irã, sem fazer nenhum julgamento de valor ou coisa semelhante sobre os aiatolás etc., mas o imenso poder do xá não foi derrubado com um grande exército, com um grande movimento armado, com tiros e canhões. Vejam que o exército do xá do Irã não era brincadeira, mas caiu com um peteleco, com as gravações, as fitas cassetes que o aiatolá Khomeini distribuía com sua pregação. A cultura adquiriu pesos radicalmente diferentes, e conquistar a população pode ser muito mais importante do que conquistar a máquina do Estado.

Isso representa deslocamentos profundos para nós. É curioso, temos dificuldade de deslocar a visão das coisas e, ao mesmo tempo, é bonita a nossa caminhada para deslocar as coisas, porque quando falamos com liberais ou neoliberais eles continuam a repetir rigorosamente o mesmo discurso do século XIX, ou seja, “mão invisível”, *laissez-faire*, enquanto a esquerda está realmente construindo alternativas. Não, a meu ver, por inteligência própria, mas porque a cacetada que levamos foi tão grande, com a queda do muro de Berlim e de todos esses sonhos de um macropoder, arbitrário, vindo de cima, que começamos a repensar tudo. Isso está surgindo com toda a força no Brasil, porque é o espaço que nos resta.

Quem manda neste país? Na década de 1950, era a UDN [União Democrática Nacional], depois a Arena [Aliança Renovadora Nacional], no tempo dos militares, que depois virou PDS [Partido Democrático Social], e depois o PFL [Partido da Frente Liberal]... É o mesmo bando, são as mesmas famílias, inclusive. Um ACM [Antônio Carlos Magalhães] pertenceu a cada uma destas agremiações, sucessivamente, nunca saiu do poder.

E curiosamente, pelo fato de que a construção de alternativas de gestão só tinha espaço, no Brasil, nas prefeituras, pois mais acima o controle continuava a ser das oligarquias tradicionais, passamos a administrar o cotidiano político das populações, a entender melhor o que é uma favela, o que é custo burocrático, o que é organizar uma licitação, o que é o enfrentamento com a mídia, o que são as práticas reais do convívio político; creio que é um capital acumulado absolutamente gigantesco.

O capitalismo produz, mas não distribui: é estruturalmente incompleto – Temos uma conjuntura particular hoje. Por haver trabalhado muitos anos nas Nações Unidas, recebo as publicações do Fundo Monetário Internacional [FMI], do Banco Mundial, essas coisas. Recebi uma publicação que me tocou muito, do FMI, que traz na capa uma fotografia de um menino negro com a camisa rasgada. E o que vem na capa realmente nos comove: “Como podemos ajudar os pobres?”. Trata-se da principal publicação do Fundo Monetário! Pensei em várias respostas de diversos níveis, enfim, de educação...

Mas o fato é que não é só cinismo o Fundo Monetário Internacional colocar isso na capa de sua publicação no mesmo ano em que a capa do Relatório do Banco Mundial é um outro menino negro, esse mais estilizado, uma pintura artística, com o título “Atacando a pobreza”. Também no mesmo ano, o relatório das Nações Unidas vem com o título “Enfrentando a pobreza”. A situação é simples: esse sistema capitalista é um bom produtor, um bom organizador de produção.

É possível juntar 200 pessoas e determinar um objetivo, por exemplo: “Vamos produzir bem um tipo de sapato”. Concentrar de maneira organizada um conjunto de esforços em torno de um objetivo funciona.

Mas isso não resolve o problema da distribuição. O sistema não é um bom distribuidor, porque, quanto mais poder econômico a empresa acu-

mula, mais ela transforma isso em poder político, mais desequilibra as relações sociais e gera as tragédias que conhecemos. Ou seja, é um sistema que vai além da questão de gostarmos ou não do neoliberalismo, essas coisas. Como sistema, essa é uma questão de bom senso, não é mais discurso de esquerda ou direita, ele só funciona com metade da roda, porque o sistema econômico tem de produzir e distribuir, fazer circular. Ele não distribui. Conclusão do Banco Mundial, deste ano: 2,8 bilhões de pessoas vivem com menos de 2 dólares por dia – não é uma média, é de 2 dólares para baixo – e 1,2 bilhão vive com menos de 1 dólar por dia. Essas pessoas não navegam na internet, não usam aquele sabonete... É um sistema que gerou uma fratura social como a humanidade jamais conheceu, além de gerar destruição ambiental, tragédias. Ou seja, o liberalismo está à procura de caminhos, e quando consideramos que nós os temos, porque aprendemos a trazer respostas na área do social, e aprendemos inclusive a articulá-las, como diz Marina Silva, com a dimensão ambiental, com a dimensão econômica, com as outras dimensões da sociedade, temos um momento historicamente privilegiado, historicamente poderoso.

As grandes simplificações do século XIX, que foram tentadas no século XX, a meu ver, se foram. De um lado, o proletariado administrando o Estado e utilizando o planejamento, e, de outro, a burguesia, a empresa e o mercado como mecanismo regulador. Tínhamos a nossa classe redentora, o proletariado; o capitalismo tinha a sua classe redentora, a burguesia. Esses dois modelos simplificadores não estão respondendo aos desafios que precisamos enfrentar.

Urbanização – Eu trabalharia o poder local, Celso, com dois eixos que transformam o processo em profundidade. Primeiro, a urbanização. Nós ainda não pensamos o gigantesco impacto de termos passado

de uma situação, na década de 1950, em que dois terços da população viviam no campo, para outra situação, hoje, em que 80% das pessoas vivem na cidade. O poder se gere hoje por meio das cidades. Só que o município está na linha de frente dos problemas e é o último escalão da estrutura pública. Os problemas de saúde, segurança etc. se avolumam em torno da cidade, das periferias urbanas explosivas, mas as decisões continuam em Brasília.

Se compararmos o Brasil com países de urbanização mais antiga, dos quais um exemplo forte é a Suécia, veremos que lá 72% de todo o bolo dos recursos públicos são gastos localmente, com os conselhos, com as populações participando etc. No Brasil, esse índice é apenas da ordem de 15%. Uma coisa é saber o tamanho do Estado, outra é saber onde está o Estado. Quanto mais se aproxima o Estado da população, mais se gera capacidade de articular essa população em torno do uso dos recursos públicos, e isso é poder. Esse é um eixo extremamente importante. Avançamos um pouco com a Constituição de 1988, houve uma leve descentralização de recursos. Temos um imenso eixo de transformação pela frente nesse espaço.

Outro ponto fundamental é a importância da área social. Há um conceito chamado “serviços” que eu já parei de utilizar, por ser vago demais e confundir os problemas. Na definição atual, que é residual, quem não trabalha a terra (agricultura) e não trabalha na máquina (indústria) está na área de serviços, ou seja, faz parte de “outros”. Esse “outros” se chama serviços, e é um imenso saco de gatos. Por exemplo, na agricultura, nos Estados Unidos, diz-se que só se empregam 2,5% da população, o que é uma imensa bobagem. Realmente, lavrando a terra são só 2,5%, mas nesse processo se usa também inseminação artificial, que é um serviço prestado por uma empresa, assim como análise de solo, serviços meteorológicos, serviços de comercialização primária e por aí vai.

Com todas essas coisas eleva-se o nível da agricultura, intensifica-se a dimensão dos conhecimentos envolvidos, mas não é outro “setor”. É uma forma moderna de fazer agricultura. Continua a ser produção.

Se pensamos o conjunto das modernizações ligadas diretamente aos segmentos da indústria e da agricultura, os dois grandes pilares produtivos, o que fica na área não-produtiva diretamente, o grande eixo, é o social. Consideremos os Estados Unidos: 14% do PIB [Produto Interno Bruto] norte-americano é saúde, hoje o maior setor econômico do país. Acrescente-se educação, tanto a formal como a formação nas empresas (hoje só as *corporate universities* são mais de 2.000), e chegamos a outros 15%. Acrescente-se a cultura, que eles chamam indústria do entretenimento: seguimos tranqüilamente para a faixa dos 40% do PIB.

O ponto de interrogação é o seguinte: como se regula essa área? Porque a área industrial eu entendo, o capitalista é proprietário da fábrica, o trabalhador trabalha e recebe um salário, há a portaria, o relógio de ponto etc.

E no social? Marx, há mais de um século, viu o surgimento da indústria, e disse que a indústria não é só o que as fábricas criam, ela muda as relações de produção. Desenvolveu a teoria do capital, do assalariado, da mais-valia. E quais são as relações de produção implícitas na área social? Isso é interessante. Quando olhamos para a saúde, por exemplo, vemos que ela não funciona bem com grandes máquinas estatais. Já funcionou. Costumamos dizer: “Como era boa a educação estadual no Brasil!”. Era para meia dúzia, gente! Como proporcionar saúde para 170 milhões de habitantes, sendo que a saúde é capilar, tem de chegar a cada habitante, a cada criança, por meio de uma gigantesca máquina centralizada em que há tantas hierarquias, patamares intermediários? Trabalho com essas coisas de administração e costumamos brincar que a partir de quatro níveis hierárquicos quem está lá em cima vive na ilusão de que

alguém lá embaixo obedece, e quem está lá embaixo vive na ilusão de que alguém lá em cima comanda. Não funciona.

E não é a questão de privatizar, porque se tem aí uma situação pior, absolutamente caótica. Fizemos um levantamento sobre vitamina C, do tipo efervescente. Um tubinho desse custa 6 reais. Vocês sabem quanto tem de vitamina C, de ácido ascórbico, lá dentro? Três centavos. Claro, você paga a substância que faz borbulhas, a tampinha que faz “ploc”, aquela publicidade com a madame segurando aquela criança loirinha, com o marido – na publicidade o marido está ali... Vejam bem, com um processo desses, multiplicamos por 200 o custo de um produto simples, e excluímos dois terços da população brasileira de um medicamento absolutamente essencial.

Diz-se na economia que se trata de uma demanda inelástica: você tem um filho, precisa comprar um remédio. Se o remédio dobra de preço, você continua a comprar o remédio, porque é para o seu filho. Que outra opção você tem? Mercado nesta área simplesmente não funciona, a doença da criança não é uma mercadoria.

Nos Estados Unidos, não entendiam por que numa cidade se hospitalizava tanta gente. Verificaram o hospital e viram que ele dava 100 dólares para o médico que encaminhasse alguém para lá. Claro, um médico norte-americano não vai se vender por 100 dólares, mas enfim, o casamento da filha, 100 dólares daqui, 100 dólares dali... O fato é que se verificou uma taxa de hospitalização fenomenal, e os proprietários estão sendo processados. Um médico meu amigo diz que não há cliente saudável, há diagnóstico incompleto. Não estou brincando! No estado de São Paulo temos 52% dos partos feitos por cesariana. Segundo o Unicef [Fundo das Nações Unidas para a Infância], esse procedimento multiplica por quatro os riscos para a mãe e para o filho. Uma carnificina. Por quê? Porque rende.

O que estou tentando mostrar é que esse gigante econômico que constitui a área social, que não aprendemos ainda a analisar do ponto de vista das relações de produção que gera, não é bem administrado pelo sistema estatal, centralizado, tradicional, e é muito mais mal administrado pelo sistema privado. É um eixo que está buscando os seus paradigmas de gestão.

Descentralização e participação – E aos trancos e barrancos, inventando, começamos a verificar que as atividades ligadas ao social funcionam simplesmente de maneira descentralizada e participativa. Por quê? É muito simples. Se consideramos um conselho de pais numa escola, o maior interesse é que não se brinque com o futuro dos filhos. Os pais não precisam ter ações da escola, do sistema privatizado ou coisa do gênero... Cada um está interessado em seu filho. Então, ao organizar a participação comunitária, levamos a que as coisas se racionalizem.

Na saúde é a mesma coisa. E na cultura, outro setor que Celso Daniel citou. Na realidade, os setores citados por Celso são essencialmente sociais. E os setores sociais são o grande eixo. Para mim, a grande preocupação com a tal da Lei de Responsabilidade Fiscal é que o que é limitado é a contratação de funcionários, e os setores sociais emergentes são justamente intensivos em mão-de-obra.

O que estou tentando trazer como idéia é que, com a urbanização, somos levados a um aumento brutal do consumo coletivo. Para a população dispersa no campo, o lixo é jogado na valeta ou pela janela, o transporte é o jegue ou o caminhãozinho; a água é do poço... As soluções são individuais, familiares. Quando se está na cidade, construir a casa é o de menos, é preciso se conectar com as redes de água, de esgoto e de eletricidade, com o transporte público, com as linhas tele-

fônicas. É um sistema de redes interdependentes. Eu trabalhei na Guiné Equatorial e não havia sistema público de eletricidade decente. As pessoas tinham aqueles geradores Honda, soluções individuais. Era uma barulheira tremenda, ninguém dormia na cidade. Com um custo que vocês imaginam... um gerador individual implica gigantescos desperdícios. Um sistema que deveria ser de consumo coletivo foi privatizado, individualizado, deixando a Honda muito contente, está lá vendendo as maquininhas dela.

As pessoas aqui sorriem com um absurdo desses, dizem: isso é na África. No entanto, chegamos aqui e vemos que cada um é obrigado a comprar, por 20 mil reais, um carro, e estamos andando, em média, a 14 quilômetros por hora, porque não há transporte público. Nesse plano estamos em plena África.

Se começarmos a pensar a gestão do social, o tipo de impacto que a urbanização tem, por um lado, e, por outro, o impacto social em termos de relação de produção que tem a emergência desse imenso setor do social, acho que temos um eixo extremamente interessante de análise sobre como o poder local é um reconstrutor social de longo prazo.

Como o social exige que a população se articule, e exige a expansão do consumo coletivo e público, torna-se um construtor natural de uma rearticulação comunitária extremamente poderosa. E sabemos que talvez o impacto mais trágico do conjunto desse sistema capitalista moderno seja a desarticulação social, a atomização. Quando se reconstrói o tecido social, não acho que seja suficiente para reconstruir a política, mas creio que é uma condição necessária no plano dos dilemas que estávamos levantando. Acho que pensarmos que só é possível resolver os problemas com o local é uma ilusão. Mas, se não há uma população organizada, articulada pela base,

pode-se chegar a Brasília com a pasta, com a faixa e tudo, e se fará muito pouco.

Só mais uma informação: há um pequeno texto meu que apresenta de forma mais organizada estas idéias, e que eu gostaria que vocês consultassem. Chama-se “Gestão social e transformação da sociedade”. Está na internet, na página <http://www.ppbr.com/ld>. Vejam em “artigos online”.

Muito obrigado.

Debate com o público

Max Altmann

Minha intervenção está ligada à discussão dominante neste ciclo de debates, e também hoje, quando a mídia bate insistentemente na tecla de que o PT abandonou o socialismo em favor de outras bandeiras.

No entanto o PT nasceu negando alguns dos aspectos identificadores do socialismo real: partido único e monolítico, ditadura do proletariado, falta de democracia interna – o que eliminava a discussão ampla dos problemas em todos os escalões –, burocratização do aparelho estatal e partidário, subordinação do aparelho de Estado e da sociedade como um todo ao

aparato partidário que levou à estagnação e à corrupção, ao definhamento político e ideológico e, finalmente, à derrocada. O PT negou esses aspectos, e sua prática e sua pregação são contrárias a tudo isso, mas não negamos o que a Revolução de Outubro representou para as conquistas da classe trabalhadora em todos os recantos do mundo, nem o papel histórico do socialismo, ao derrotar no campo de batalha o nazi-fascismo, nem as proezas do socialismo no campo econômico – ao contrário do que prega o atual pensamento único –, que levou, em poucas décadas, um país atrasado à condi-



ção de superpotência, rivalizando com os Estados Unidos. Nem mesmo a importância geoestratégica da bipolaridade que propiciou, por exemplo, o fim do colonialismo e cuja ausência, hoje, permite aos Estados Unidos porerem e disporem ao seu talento.

Para um segmento de personalidades nada insignificantes da esquerda brasileira, já não se trata de articular socialismo e democracia, mas simplesmente de afirmar que o socialismo se tornou peça de museu a ser enterrada junto com o muro de Berlim, não restando assim à esquerda outra tarefa além daquela de compatibilizar capitalismo e justiça social. O alvo polêmico dos textos de Carlos Nelson Coutinho – e esses textos dizem respeito exatamente ao PT – já não é constituído apenas pelos que negam ou subestimam o valor universal da democracia, que ainda ocupa algum espaço na nossa esquerda, mas também por aqueles que parecem agora ignorar que sem democracia não

há socialismo, tampouco a democracia plena e consolidada sem o socialismo, ou seja, a superação da sociedade de classes fundada na exploração e na alienação.

O socialismo não é um abstrato conjunto de valores que orientará a utópica tarefa de melhorar o capitalismo, compatibilizar o reino do mercado com a justiça social. O socialismo é uma nova e inédita ordem social, na qual, no lugar da velha sociedade burguesa, com suas classes e seus antagonismos de classes, surge uma associação em que o livre desenvolvimento de cada um é pressuposto para o livre desenvolvimento de todos.

Sabemos que existem no PT correntes que negam explicitamente o socialismo em nome de uma nebulosa democracia republicana, que quando falam em socialismo é para prestar homenagem, mas de modo meramente verbal; outras identificam-se com a proposta de uma suposta terceira via; outras ainda com a social-democracia, mais à esquerda ou à direita. Esse emba-

te é real e é natural dentro do PT.

Mas, se o partido se define como socialista, então as definições ideológicas devem ser esclarecidas. Isto nada tem a ver com modelos anteriores ou atuais, com a velocidade ou a condução tática do processo; já há um consenso generalizado e implícito de que o caminho brasileiro para o socialismo obedecerá à história, à índole do povo brasileiro, à sua cultura, ao seu acúmulo de lutas, à sua realidade social e econômica, e por aí fora.

Nessa marcha, a democracia não é *um* caminho para o socialismo e sim *o* caminho do socialismo.

Volto a Carlos Nelson Coutinho:

“A plena realização socialista do homem não requer apenas a supressão da apropriação privada dos meios de produção, que são frutos do trabalho coletivo. Requer também a eliminação da apropriação não-social, privatista das alavancas de poder. Superar a alienação

econômica é condição necessária mas não suficiente para a realização integral das potencialidades abertas pela crescente socialização do homem. Essa realização implica também o fim da alienação política”.

Gostaria de mencionar muito rapidamente uma questão que também vem sendo muito batida, a crítica que a social-democracia e o liberalismo fazem ao socialismo, que preserva os direitos humanos econômicos, salienta os direitos humanos econômicos, sociais e culturais e despreza os direitos políticos e civis. Nós consideramos que ambos devem ter o mesmo peso. Mas que ocorre nos países do Terceiro Mundo? Os primeiros, os direitos econômicos, sociais e culturais, são extremamente precários. Salários baixos, desemprego, saúde precária, educação de baixo nível, analfabetismo, analfabetismo funcional; e os segundos são meramente formais, comparecer de quatro em

quatro anos ou de dois em dois anos ao posto eleitoral, e participação na atividade política muito reduzida.

Quando os Estados Unidos se opõem ao protocolo de Kioto, eles se opõem ao primeiro dos direitos humanos, a vida, sem a qual os demais simplesmente não existem. Essa é uma violação aos direitos humanos fundamentais, e muitos dizem que não querem nenhum regime que, por exemplo, não preserve a liberdade de imprensa. No entanto, nos países capitalistas existem fortes limitações de ordem econômica à liberdade de imprensa. Se nós quisermos fundar nesse país um jornal diário de circulação nacional, teremos de desembolsar, paulatinamente, 500 milhões de reais, sem o que não conseguiremos levar às massas diariamente algo que se oponha à mídia que defende a ideologia do neoliberalismo – não vamos poder nos contrapor. Essa é uma limitação muito severa a um direito humano fundamental, que é o da liberdade de imprensa ou da liberdade de expressão.

Esses são alguns temas que eu proponho para nossa apreciação e discussão.

Inácio Teixeira Neto

Boa tarde à mesa e aos senhores participantes. Meu nome é Inácio Teixeira Neto e hoje trabalho em uma assessoria da Secretaria de Negócios Jurídicos e de Cidadania, de Campinas, embora minha trajetória tenha sido toda feita aqui em São Paulo. A razão da minha pergunta foram as opiniões de alguém que aprendi a admirar muito, o professor Ladislau Dawbor.

Meu único objetivo em intervir é retomar a questão da figura da criança negra usada pelo FMI em seu relatório, e também sabemos que o Banco Mundial usou figura semelhante. Em Campinas temos a Secretaria de Cidadania, que acabou de criar uma Coordenadoria da Comunidade Negra. Temos uma preocupação fundamental que é a de saber, dirigindo-me à mesa, quais as iniciativas que a esquerda, so-

bretudo o PT, está tomando nesse sentido. E para o professor Ladislau Dowbor: qual a alternativa de batalha que nós, negros, temos de encetar aqui no Brasil?

Alencar

Boa tarde a todos os presentes, meu nome é Alencar, sou do PT de Guarulhos. Gostaria de fazer uma pergunta ao prefeito Celso Daniel e, se possível, gostaria de ouvir também um comentário do vice-governador do Rio Grande do Sul. O senhor propõe que se rediscuta a Federação, dando maior ênfase ao poder local. Não seria necessária também a criação de mais um ente federado de nível regional, ou seja, não só município, estado e União, mas um ente que representasse as nossas regiões, como Sul, Centro-Oeste e as demais?

Valter Pomar

Minha primeira pergunta é para Celso Daniel. Gostaria que ele explicasse por que adota e como entende essa idéia de que as alternati-

vas surgidas ao capitalismo naquele período dos anos 30 seriam ambas de natureza totalitária. Você falou em totalitarismo soviético e totalitarismo fascista. Só para efeito polêmico, quero registrar que considero isso uma agressão, não pessoal, claro, mas a toda uma história que deve ser levada em conta; também deve ser considerado o comportamento efetivo dos capitalistas alemães e italianos em relação ao partido nazista e ao partido fascista.

Creio que mesmo a referência a Trotski está deslocada, porque Trotski, que usa o termo “totalitário” no texto que você leu, fazia uma defesa da União Soviética, dizia que era preciso uma revolução política. Ou seja, “totalitário”, para ele, se referia a um regime político, e não a um sistema social e, como sistema social, ele afirma que o nazismo e o fascismo são um prolongamento do capitalismo num determinado momento.

Apesar de o tema não ser esse, queria entender melhor se você usou totalitário só no sentido polê-

mico ou se é essa mesma a visão que você tem sobre a experiência socialista do século xx.

Ainda para Celso Daniel: achei bastante interessantes algumas advertências que você fez em relação a tomarmos cuidado com a idéia de que podemos estar mudando tudo e, na verdade, podemos estar dando, sob nova forma, continuidade ao velho. E, ao mesmo tempo, tanto Rossetto como Celso chamaram a atenção para a necessidade, em escala local, que pode ser municipal ou estadual, de manter a ligação com os setores dinâmicos da economia. Falando em português mais claro, com o grande capital, ou pelo menos com setores do grande capital. Não estou entrando no mérito, isso é inevitável. Mas a minha pergunta a partir desses dois pontos é: qual a possibilidade de uma gestão de esquerda, petista, ser funcional, ser útil para o grande capital? Ou seja, para os partidos de direita, uma gestão de esquerda é ruim, isso nós sabemos. Mas e para o grande capital?

Marx ironiza, em *A guerra civil na França*, quando diz que a Comuna de Paris realizou o sonho de um setor da burguesia que clamava por um governo barato. Os nossos governos são eficientes, são honestos, são preocupados com o desenvolvimento econômico, em certo sentido não se preocupam em servir a um setor da classe burguesa ou a uma fração, mas pensam o desenvolvimento econômico como um todo.

Gostaria de ouvir de vocês um pouco sobre esse outro lado do problema. Em que medida os governos de esquerda podem ser absorvidos pela dinâmica real do capitalismo existente no Brasil? Pode acontecer, não pode?

Por último, nessa mesma linha, eu perguntaria a Ladislau e a Marina, respectivamente, como as instituições financeiras, multilaterais, o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional, vêm as questões do poder local e do desenvolvimento sustentável?

Tive, nos últimos dois anos, contato com diversas ONGS e com vá-

rios representantes desses organismos multilaterais, e a minha impressão é a de que eles incorporaram esses dois conceitos, trabalham e manipulam esses conceitos. Então, minha pergunta não é sobre como eles vêem essas questões, mas sobre que diferença existe entre o que eles dizem e o que nós defendemos? Quando o Banco Mundial faz loas ao poder local e uma outra instituição fala de desenvolvimento sustentável, qual a diferença que há nisso conceitualmente, não na prática. Que diferença existe?

Paul Singer

Coincidentemente, minhas preocupações são muito semelhantes às do Valter, acho que minhas perguntas vão coincidir em grande medida com algumas que ele fez.

Quero voltar ao dilema que o companheiro Rossetto apresentou no fim de sua exposição entre dizer “recuso a hipótese de que nada pode ser feito a não ser quando tivermos o governo federal” e “recuso também a hipótese contrária,

ou seja, fazer as coisas em nível local”. Essa simetria, ao menos para mim, não parece convincente. Sou entusiasticamente a favor da primeira hipótese e tenho grandes dúvidas sobre a segunda.

Ou seja, qual é o limite do que se pode fazer em plano local? O que impede de fato: o câmbio, a política de juros ou a legislação do trabalho? Claro, a grande limitação do poder local é o limite de localidade. As possibilidades em São Paulo, uma área superdesenvolvida e com problemas próprios das suas contradições, e no Acre – e em outras áreas do Brasil – são diametralmente diferentes, mas não têm nada a ver com o governo federal. Acho importante aprofundar essa questão, que está ligada umbilicalmente a outra questão que o Valter propôs, mas que eu quero levantar nos meus termos, que podem até ser idênticos, não sei se são. É possível desenvolver uma economia, em qualquer dimensão geográfica, num bairro, numa grande cidade, num estado, num país, sem contar

com o grande capital? Não a expulsar ou provocar uma fuga de capitais, isso seria meio suicida, mas simplesmente sem estar nos preocupando em atraí-lo, em ganhar ou manter a sua confiança? É possível criar uma alternativa, que pode ser chamada popular, socialista, solidária, pouco importa, sem limitações? Eu estou expondo essa questão com toda a ênfase possível. Há um consenso, que não compartilho, de que isso é coisa pequena, complementar, uma forma popular de ajudar os pobres a serem um pouco menos pobres. Mas existe também uma possibilidade de dizer que essa é uma forma rival de desenvolvimento alternativo, e que depende basicamente daquilo que Ladislau Dowbor sublinhou, e nada mais. Não depende de ter a prefeitura ou o governo regional, mas de organizar a sociedade. Essas dimensões, integrando um pouco aquilo que foi, de uma forma muito interessante, exposto por vocês, dariam uma linda discussão.

Obrigado.

Coordenador da mesa

Há algumas perguntas dirigidas diretamente aos debatedores e há outras mais gerais. Vou lê-las:

José Carlos pergunta, especialmente para Ladislau Dowbor, sobre a ALCA, que foi elaborada na gestão George Bush pai e agora está proposta novamente por George Bush filho, que compromete a soberania da América Latina. Que significa, de fato, esse projeto?

Joaquim, do Núcleo de Base do PT do Centro [São Paulo, Capital], pergunta para Marina Silva como o mandato de senadora pode contribuir para a geração de renda e empregos no estado do Acre.

O vereador Geraldo Gouveia, do município de Rio Grande da Serra, pergunta para Celso Daniel sobre uma questão tão maléfica para uma cidade como Rio Grande da Serra, o caso do “corredor polonês”.

Antônio da Silva pergunta sobre a atrofia da esfera pública. Na opinião dos debatedores, levando em conta o desenvolvimento local e o socialismo, que impacto e efeito a Lei de Responsabilidade Fiscal estaria causando nos caminhos da democracia e do socialismo pelo fato de controlar os gastos?

Pergunta de Alípio da Silva: a distribuição de renda ou do lucro, diretamente da fonte geradora, se já não é, será um dos maiores agentes da concentração de renda no Brasil. Exemplo, a indústria automobilística produzia aqui há apenas 15 anos cerca de 12 carros por homem e hoje produz cerca de 42, gerando um grande lucro, beneficiando e privilegiando um grupo cada vez menor de pessoas. Quem deve, portanto, participar da renda ou do lucro é o governo, para depois distribuí-lo de diversas formas.

O que devemos pretender para a construção do socialismo e da cidadania é a distribuição da riqueza

no momento de sua geração, sob a forma de Fundo de Garantia individual de 20%, que beneficiará do presidente da República ao mais humilde dos brasileiros, inclusive os aposentados.

Para todos os debatedores, pergunta de Roberto. No socialismo somos todos iguais? Como encarar a diferença de vários níveis que temos no Brasil?

Cesário, do Movimento Evangélico Progressista (MEP), para Celso Daniel: para onde estamos caminhando se vivemos com as contradições do arcaico com o moderno? Qual o meio-termo, se é que existe, desse processo?

Celso Daniel

Eu tenho um conjunto bastante diversificado de questões. Francisco da Costa Silva, da Capela do Socorro, pergunta “quais as dificuldades de governar com os desmandos do governo federal impostos aos governos do PT”.

As dificuldades são inúmeras. Por exemplo, no governo federal, tivemos um processo de fragilização da Federação, não só em relação à reconcentração de receitas e à distribuição de atribuições novas, mas também às questões relativas à guerra fiscal, a respeito das quais Miguel Rossetto falou bastante aqui. Problemas ligados, por exemplo, à estagnação econômica e ao desemprego. Não há apenas queda dos recursos fiscais em nível local, mas também aumento das demandas sociais. A questão é a seguinte: apesar dessas dificuldades de governar impostas em função da política do governo federal, temos conseguido governar de maneira positiva e apresentar resultados positivos. Creio que nós nos movemos exatamente nessas contradições.

Antônio Nobre da Silva pergunta: em função da questão da atrofia da esfera pública, qual o impacto da Lei de Responsabilidade Fiscal sobre ela?

É um impacto concreto. Concreto em que sentido? Na verdade,

jogar contra a atrofia da esfera pública significa valorizar também o fundo público, voltado justamente aos direitos das pessoas e, portanto, à área social. E o que a Lei de Responsabilidade Fiscal faz é, por um lado, levar a efeito um controle sobre os gastos públicos, de uma maneira que em grande medida é positiva, mas, por outro, restringe dramaticamente a possibilidade de elevação dos gastos permanentes e, portanto, dos gastos sociais, enquanto libera completamente, e até obriga, os gastos relativos à dívida, ao endividamento. É algo que tem muito a ver com a própria orientação do FMI e, por tabela, prejudica, sim, a possibilidade de que tenhamos de garantir um fundo público de qualidade e, portanto, o combate à atrofia da esfera pública.

Pergunta de Alencar, do PT de Guarulhos a respeito da Federação brasileira. Alencar, você tem toda razão, além da maior ênfase ao poder local, é fundamental que na rediscussão a respeito da Fe-

deração levemos em consideração pelo menos dois outros níveis absolutamente fundamentais para a vida cotidiana das pessoas, embora sejam intermediários. Um dos níveis é o que você citou, das macrorregiões aqui no Brasil. Podem ser outras regiões diferentes dessas que temos instituídas, mas Nordeste, Centro-Oeste, Norte, Sudeste, Sul têm problemáticas específicas. Isso está completamente largado às traças. Já existiu a Sudene [Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste] como uma referência. Temos de repensar uma outra maneira de organizar essas macrorregiões, partindo fundamentalmente dos estados e não tanto ou não apenas do governo federal, como foi a nossa experiência anterior do nacional-desenvolvimentismo.

Imagino que até agora pouca coisa tenha sido feita a esse respeito, e acho que estamos muito atrasados nesse aspecto. Porque sabemos muito bem, por exemplo, que o contraste riqueza-pobreza, aqui no

Brasil, é muito menos um contraste entre o urbano e o rural, e muito mais o contraste entre regiões, Sul e Sudeste por um lado e Norte e Nordeste e, eventualmente, Centro-Oeste, por outro.

Há um outro nível, ao qual você não se referiu, mas que eu gostaria de mencionar aqui, que é um nível supramunicipal ou subestadual, tanto no nível das regiões no interior de um determinado estado, sejam elas rurais ou urbanas, como no nível da gestão metropolitana. Isso está completamente sem equacionamento, de tal maneira que para repensar a questão federativa é necessário considerar, a meu juízo, pelo menos cinco níveis diferentes: união, estados, municípios; no meio da união e dos estados, as grandes regiões; no meio dos estados e municípios, as regiões que aí se colocam. Mas não considerar esses dois outros níveis como níveis que tenham de exigir, por exemplo, eleições, constituir um governo. Isso não faz parte da nossa história da Federa-

ção e não seria razoável propormos nesse momento. Acho que faz sentido, sim, repensarmos a questão da gestão metropolitana a partir de baixo, não a partir de cima, como na época da ditadura militar, e como ainda ela está proposta em função da Constituição de 1988. A mesma coisa é verdadeira em relação às macrorregiões.

Deixei para o fim as questões mais espinhosas. Em primeiro lugar, sobre as questões mais complicadas, de Valter Pomar e do professor Paul Singer, queria dizer que eu sabia que, ao fazer uma exposição que começou do mais global, do mais abstrato em termos do socialismo, para o mais específico, estava por um lado perdendo a oportunidade de falar mais concretamente sobre desenvolvimento local – provavelmente não aproveitei a oportunidade para falar mais sobre experiências concretas de desenvolvimento local –, e por outro lado estava abrindo um flanco para ser duramente criticado.

Quero dizer o seguinte, Valter: você tem razão em relação à minha citação de Trotski, é uma citação deslocada do conjunto do pensamento de Trotski sobre a União Soviética, que vai no caminho a que você mesmo se referiu, a história da revolução política etc.

Você tem razão em relação à maneira como me coloquei aqui, dá a entender que eu estava fazendo uma identificação entre o totalitarismo soviético e o totalitarismo fascista ou nazista, e me penitencio porque não tive tempo para poder discriminar um pouco melhor esses conceitos. Efetivamente, acho que seria uma violência da minha parte fazer uma afirmação que coloque tudo isso no mesmo saco, porque relações históricas, que foram inclusive comentadas aqui por Max Altman, são completamente diferentes em um caso e no outro; relações concretas construídas na sociedade são completamente diferentes em cada caso. Seria realmente uma agressão, uma violência fazer uma

pura identificação entre totalitarismos, como se eles fossem absolutamente indiferenciados.

Só que nesse ponto queria resguardar algo para mim, o que significa, portanto, que eu preciso manter o que havia comentado inicialmente porque essa é a minha convicção. A despeito dessas distinções todas e das razões que você tenha sobre o que ponderou, continuo a manter minha consideração a respeito do socialismo real essencialmente como uma forma de sistema totalitário, embora bastante distinta das formas fascista e nazista. Continuo a sustentar essa idéia aqui porque, embora isso possa parecer para muitos que se afirmam da tradição socialista um tipo de agressão, o que acontece, na verdade, é que fiz a menção a propósito do fato de que essa reflexão está muito ligada à minha prática concreta, não no PT no nível mais geral, mas no PT de Santo André. E quero dizer para os companheiros e companheiras que a minha consideração a esse

respeito provém exatamente do fato de que me senti extremamente agredido por práticas ditas de esquerda dentro do PT que carregavam com todas as suas configurações esse gérmen de totalitarismo de esquerda, que esteve presente nas experiências do socialismo real, e me sinto mais do que tranqüilo, mais do que seguro, em fazer as minhas ponderações a respeito do fato de que, como eu havia comentado, a democracia, os direitos, a cidadania têm de ser valorizados acima de tudo. E só é possível pensar num sistema socialista, numa sociedade socialista a partir dos referenciais de alargamento da radicalização da democracia. O sistema totalitário, inclusive o sistema soviético, se erige, insisto, a partir das ruínas da idéia de direitos do homem, da idéia de democracia.

Por isso, pessoalmente, acredito que buscar uma alternativa socialista significa, sim, resgatar toda a tradição socialista, todo o pensamento socialista, particularmente



dos séculos XIX e XX, tendo em conta também os males e problemas que foram causados por um certo tipo de socialismo, em especial aquele que foi implementado de maneira concreta.

Sei que isso me põe diante de um problema seriíssimo: o que colocar no lugar? Estava tentando desenvolver alguns argumentos e algumas referências para poder colocar algo no lugar que, resgatando ideais e referências socialistas, não tenha que cair, se espelhar e buscar práticas e elementos que eu creio que podem, na verdade, nos colocar numa situação muito complicada, que é reproduzir erros que, a meu ver, a história já demonstrou que foram importantes do ponto de vista da esquerda.

Por isso é que, por exemplo, ao falar em algumas referências de socialismo e buscar vinculá-las à questão do desenvolvimento local, fiz menção a algumas idéias trabalhadas por Francisco de Oliveira em seu livro *Os direitos do antivalor*. A preocupação dele, com a qual

concordo, porque acho que ela está sintonizada com essa questão da valorização e do alargamento da democracia, era exatamente a de superarmos uma análise que faz parte da tradição da análise marxista: se estamos dentro do sistema capitalista, então tudo o que se fizer no interior do sistema capitalista é funcional ao capital. A menos que sejam ações políticas que visam organizar a população para golpear esse sistema no seu centro, e portanto colocar um outro Estado, o Estado socialista no seu lugar.

O que Francisco de Oliveira tenta fazer – e acho isso muito produtivo, muito positivo – é demonstrar que no interior do sistema capitalista existem linhas de força, iniciativas que têm sido tomadas ao longo de várias décadas e não apenas por meio das nossas experiências de governo local, que implicam uma contradição não excludente, mas dialética, como movimento do capital. Não que elas não possam ser apropriadas pelo movimento do capital, isso aconteceu no período de

auge da social-democracia, evidentemente. Mas reduzir o que aconteceu apenas à mera apropriação pelo capital do que foi inaugurado, nos termos de Francisco de Oliveira, a partir da criação desse fundo público e desse alargamento da esfera pública, creio que é uma forma de teorizar que não cabe a nós, a menos que sejamos obrigados a resgatar, em termos bastante tradicionais, a tradição socialista.

Digo isso também porque tem a ver com a outra questão que Valter Pomar apresenta. Não acho que seja exatamente a mesma questão apresentada pelo professor Paul Singer, pelo menos não de acordo com o meu entendimento. Então, tento responder à questão do Valter: qual a possibilidade de uma gestão petista ser funcional ao grande capital? Isso pode acontecer ou não?

Respondo a você o seguinte: depende. Se o referencial for o de que qualquer coisa que se faça do ponto de vista econômico, no sistema em que nós vivemos – por estarmos imersos num sistema em que

é o mercado que dita as regras –, se qualquer ação nesse campo for considerada funcional ao movimento do capital, então toda e qualquer administração petista ou não petista será funcional de alguma maneira.

Funcional ao capital de que maneira? Não precisa dar dinheiro para o capital privado, por meio da guerra fiscal, da renúncia fiscal etc. Pode ser funcional ao capital na medida em que essa administração garantir, nos termos marxistas, condições mais adequadas de reprodução da força de trabalho. Se ficarmos presos a essa forma de teorizar, qualquer gestão nossa sempre vai ser funcional ao capital. Não vou responder à questão partindo desse ponto de vista, porque senão ficamos num círculo fechado, em que não há saída a não ser a revolução por excelência. Mas acho que uma gestão petista, uma gestão pretensamente de esquerda pode ser funcional ao grande capital, deixando de lado essa outra formulação teórica, digamos assim. Ela pode ser funcional ao grande capi-

tal, sim, se for capturada. Miguel Rossetto estava falando, se entendi bem, sobre experiências nossas que têm sido sensíveis, por exemplo, à questão da guerra fiscal, ou à da renúncia fiscal, ou a outros programas, no final das contas, que podem ser entendidos, na linha do Banco Mundial etc., como tipicamente compensatórios, de combate à pobreza. Acho que pode, e nós precisamos estar atentos para exatamente esse risco.

O que fazer para nos afastar desse risco? Não estaremos expostos a ele se tivermos um modelo de gestão e desenvolvimento local baseado em outros princípios, diferentes daqueles que movem pura e simplesmente o mercado, particularmente o auto-regulador; e aquilo que estimula o funcionamento do mercado auto-regulador, na prática, por exemplo, é o que tem acontecido aqui no Brasil com a guerra fiscal, a renúncia fiscal, coisas do gênero. Isso joga mais água no moinho da idéia do mercado auto-regulador, do paradigma neoliberal.

Creio que é possível, se trabalharmos com referências que já foram discutidas aqui. Eu falei bem rapidamente sobre isso, mas Marina Silva citou uma série de exemplos concretos, Rossetto também falou a respeito, e a mesma coisa fez Ladislau Dowbor. Quando fazemos o que eles expuseram aqui, não acho que corremos qualquer tipo de risco de ter uma gestão local funcional ao grande capital, nesse sentido que estamos colocando agora, ou seja, toda ela voltada, independentemente da nossa visão ou intenção a respeito, para a valorização, o movimento, a acumulação do capital. Acho que estamos construindo exatamente o oposto: as bases para criar condições para combater a economia de mercado como tal; um outro sistema, um sistema socialista com outros referenciais a partir de baixo, de experiências concretas.

Valter Pomar não fez a pergunta para mim, mas para Ladislau e Marina, mas gostaria de falar sobre essa questão do Banco Mun-

dial, do FMI etc., o que diferencia a nossa prática da deles e o que diferencia nossos discursos.

Não sou especialista nesses relatórios, Ladislau os conhece muito mais. Não me debruço para ficar lendo esses relatórios, mas há muita diferença entre o nosso discurso e o deles. Eles tecem loas, por exemplo, à questão da participação. Agora, a maneira como colocam o tema da participação é extremamente genérico. Cabe tudo. E cabe particularmente, por exemplo, entender participação comunitária como participação de ONGs, muitas vezes financiadas pelo próprio Banco Mundial ou pelos organismos internacionais que eles travestem de participação comunitária. Cabe, por exemplo, também um conceito com o qual eles trabalham, muito caro a eles: o de governança. É uma idéia – não exatamente um conceito. Haja possibilidades de diferentes interpretações a respeito desse conceito de governança... Não tenho dúvida de que uma boa parte delas trabalha com esse conceito pensan-

do à maneira liberal, ou seja, governança entendida como o governo não sendo o governo eleito e tudo mais, mas o conjunto de outros setores da sociedade; no caso de boa parte delas, e em textos concretos, com certeza isso significa privatização. E significa também as empresas privatizadas, afinal de contas, serem também importantes tomadoras de decisão, assim como o governo local. Descentralização entendida como privatização.

Isso é algo concreto, que está em textos desses organismos mundiais. Inclusive a forma como eles abordam a questão da pobreza. Tudo bem que a pobreza está colocada nos textos deles, eu tenho dúvida de que eles consigam sair dos textos para uma coisa um pouco mais concreta, para além dos textos, mas eles trabalham com a pobreza...

Creio que é fundamental trabalharmos com outro registro conceitual, que na verdade é político, porque é outro registro ideológico, o da inclusão social, e não o da pobreza. O necessário não é comba-

ter a pobreza com políticas compensatórias, mas garantir a inclusão social.

Então, acho que mesmo no nível do discurso nós temos diferenças que são importantes, que podem e devem ser trabalhadas por nós. O que não significa que não haja espaços, como foi exposto muito bem pela senadora Marina, espaços de contradições que podem perfeitamente ser apropriados por nós, mesmo que respondam, neste ou naquele caso, a interesses das grandes multinacionais ou desses organismos internacionais.

Pegando por um lado um pouquinho diferente, para terminar essa questão, é possível desenvolver uma economia, na cidade, no estado, no país, sem contar com o grande capital, ou seja, sem nos preocupar em atraí-lo? Eu acho que é possível, mas não acho que seja viável em todos os casos, porque quando administramos localidades o fazemos com uma certa história, uma estrutura já adquirida, uma configuração de seu próprio mer-

cado e uma determinada sociedade. Possível é, particularmente se nós, em vez de trabalharmos com a idéia de pura e simplesmente rifar o grande capital, tivermos condições de estabelecer uma relação com o grande capital que interesse ao território – muito na linha da preocupação que Rossetto levantou no final da sua exposição –, se conseguirmos apropriar aquilo que é possível na relação com o grande capital para benefício da preservação, da recuperação do nosso território e das relações sociais do nosso território. Mas é possível, particularmente, se trabalharmos com uma outra orientação que, sem abrir mão do que existe ou pode existir de dinâmico em termos da economia, dê ênfase e prioridade ao pequeno empreendimento e a formas alternativas de produção.

Isso é muito genérico, mas queria dizer, pelo menos até o ponto em que tenho experiência, conhecimento, que há experiências concretas de desenvolvimento local baseado na pequena produção em

alguns outros lugares do mundo, particularmente no Norte da Itália, e que são experiências extremamente dinâmicas. Quando falamos em dinamismo, não estamos falando em ter de estabelecer em cada localidade um pólo de indústria de informática ou algo do gênero. É outra coisa. Indústrias tidas como tradicionais podem e costumam ser extremamente dinâmicas. Por exemplo, a indústria do vestuário, ou outras indústrias, na região italiana da Emilia Romagna, baseadas todas elas efetivamente em pequena produção, por meio de uma configuração de desenvolvimento local muito baseada em cooperativas, mas também na cooperação entre os pequenos empreendimentos, na criação de agências de desenvolvimento que passam a prestar serviços aos pequenos empreendimentos, que são equivalentes àquilo que só uma grande empresa tem condição de prestar. Se as coisas forem deixadas apenas à livre força do mercado auto-regulador, é perfeitamente possível.

Exponho ao senhor, professor Paul Singer, minha avaliação a respeito da questão da região do Grande ABC nesse momento. Essa região sempre foi, principalmente a partir das últimas quatro, cinco décadas, extremamente dependente da grande empresa multinacional, particularmente do setor automotivo. Continua a ser; tanto isso é verdade que, em função de uma ligeira retomada do crescimento econômico, a região assiste a uma redução do desemprego e a uma ligeira retomada do emprego industrial e também nos outros setores. Não dá para rifar o grande capital e a relação com o grande capital. Não dá. Mas se eu pensar em perspectiva o que está na minha preocupação como prefeito de Santo André e como pessoa que está aqui discutindo com vocês essas questões sobre a relação entre desenvolvimento local e socialismo, não dá meramente para repetirmos a mesma relação que foi estabelecida no passado, de grande dependência da região em relação ao

grande capital. O que precisamos é trabalhar ao mesmo tempo a criação de um outro tecido econômico, baseado sobretudo no pequeno empreendimento, na criação de redes horizontais de relação entre pequenos empreendimentos que possam fazer com que, em perspectiva, tenhamos condição de ter no futuro uma outra região do grande ABC, não mais tão dependente do grande capital, e eventualmente até, no futuro, sem nenhuma dependência, em função de iniciativas que partam exatamente da esfera local. Acho que isso será perfeitamente possível – mais do que possível, acho necessário –, sem abrirmos mão dos nossos valores, dos nossos princípios. Se trabalharmos imaginando que não estamos fazendo gestões locais apenas para melhorar a qualidade de vida da população ou apenas para pragmaticamente ter governos bem avaliados do ponto de vista da população e da opinião pública.

Se trabalharmos pensando também nessas coisas, mas, sobretudo,

do, pensando que a cada ação que estamos levando a termo estamos ou aproveitando uma oportunidade, ou deixando de aproveitar uma oportunidade, para concretizar de verdade princípios transformadores, de radicalização da democracia, princípios socialistas. Dessa forma, acho que estamos dando uma pequena contribuição dentro desse conjunto de coisas que foram expostas aqui pela mesa.

Marina Silva

Vou começar pela pergunta do Valter Pomar, sobre a diferença entre nossa percepção e a do Banco Mundial quanto ao desenvolvimento sustentável e às questões sociais. Considero que essa é uma questão de fundo. Primeiro, nós temos um ideal, um propósito de vida associado a todos esses valores mencionados aqui. Não quero emitir um juízo de valor com relação aos técnicos do Banco Mundial, que são pessoas como nós, que têm um emprego e que vão para a África, para o Brasil,

para a Amazônia, se sensibilizam e até lutam para que o Banco tenha políticas sociais. Refiro-me aqui, então, ao Banco como instituição. E a instituição Banco Mundial entrou nessa discussão por outros motivos. Seu objetivo é a sustentação, a manutenção do sistema. Ela tem medo da ruptura, dessa exclusão global, de mais de 2 bilhões de seres humanos vivendo com menos de 2 dólares por dia. No Brasil, essa é a realidade de 78 milhões de pessoas. Viver com menos de 1 dólar é a realidade de 43 milhões de brasileiros. O analfabetismo, no Brasil, atinge 15 milhões de jovens.

Quando pensamos nessa situação, o fazemos pelo viés da inclusão social, pensando no futuro. Sebastião Salgado, entrevistado pela tv Cultura, dizia que entre 15% e 20% da humanidade criou uma fuga para o futuro deixando para trás 80%. Esses 20% dos seres humanos sobre o planeta, social, cultural, emocional e espiritualmente, construíram a

Era do Saber, que é a que estamos vivenciando. No entanto, os que detêm a informação, a técnica, não produziram a devida ética para alavancar os 80% que estão ficando para trás. Se alguma utopia há, é lutar por essa inclusão, para que não aconteça aquilo que Cristóvam Buarque chama de bifurcação da raça humana, quando teremos seres humanos de primeira e de segunda classe – talvez isso já esteja acontecendo.

Então, o Banco Mundial, quando examina o processo com relação aos problemas sociais e ao próprio desenvolvimento sustentável, ele tem uma visão centralizadora, voltada para as empresas. E nós temos uma visão descentralizadora, uma visão política que considera o processo uma construção coletiva. Nesse ponto, temos de ter em mente que nada é tão hermeticamente fechado que não admita contradição. Entendo que, na dialética que Marx nos ensinou, não há como criar um sistema que não contenha a sua pró-

pria destruição como vetor interno. Creio que o Banco Mundial vive essa contradição. Nós também vivemos. Quando pensamos a inclusão, dentro do sistema a que estamos submetidos, com certeza existe todo esse processo do sistema maior, capitalista, que se mistura com os nossos ideais e as nossas utopias. Mas estamos em uma briga que, a meu ver, é muito menos de estrutura e mais de consciência. Refiro-me a uma afirmação de Ladislau Dowbor de que talvez mais importante do que ganhar as estruturas e chegar em Brasília com a faixa seja ganhar o coração e as mentes das pessoas para um projeto que não é só econômico, mas também cultural, social, de satisfação, de valores, de propósitos – de novos propósitos.

Então, a motivação do Banco Mundial é o medo. Participei de um seminário em Washington no qual eles diziam clara e textualmente que era necessário fazer alguma coisa em relação aos pobres e à classe média, porque os

pobres não são formadores de opinião, mas a classe média é, e ela também está empobrecendo, e isso é um perigo muito grande. Por quê? Se os formadores de opinião se juntarem com os que “não são, não sabem, não têm”, como diz dom Mauro Morelli, pode-se criar um problema grave para o sistema. O Banco Mundial segue essa perspectiva.

A nossa perspectiva é a de uma sociedade sustentável, de acordo com aquela sustentabilidade que mencionei – ênfase que é uma sustentabilidade cultural.

Vivemos hoje a idéia do global, da diluição generalizada, enfim, de tudo que é possível imaginar com a comunicação em tempo real, graças à qual as índias do meu estado podem ver a garota de Ipanema. Mas a garota de Ipanema não vê as índias. Então, uma cultura é diluída e disseminada, mas outras culturas não são repassadas para que sejam pensadas por outros segmentos. É isso que está faltando nessa relação,

que não é mais interdisciplinar, mas transdisciplinar, porque “trans” passa todos os sentidos da realidade. Enquanto tivermos uma visão fragmentária da realidade, tudo irá continuar como está. E creio que as agências multilaterais têm essa perspectiva.

No Acre, há a possibilidade de termos disponível um empréstimo, que vai ser discutido pelo Senado, de 250 milhões de dólares. Não sei como o Banco Interamericano, nesse caso, está pensando isso essencialmente, mas nós pensamos em realizar o sonho de Chico Mendes: as estradas com estudo de impacto ambiental e a demarcação das áreas indígenas – e isso já está acontecendo. É uma proposta de desenvolvimento local. É ridículo imaginar que podemos destinar milhões de reais para uma multinacional altamente lucrativa e não somos capazes de colocar esse dinheiro nas mãos das comunidades, para reforma agrária, agricultura etc.

Ao companheiro que perguntou como o mandato de senadora pode

contribuir para a geração de renda e empregos no estado do Acre, gostaria de dizer o seguinte: creio que não o mandato diretamente, mas ele juntamente com o governo do estado pode fazer algo pela distribuição de renda e pela geração de emprego no Acre. Quando cheguei a Brasília, um quilo de borracha custava 30 centavos, o que gerava uma renda anual de 600 reais para uma família de seringueiros. O que salva esse seringueiro é que ele tem como criar galinhas, porcos, caçar e pescar para viver. De outro modo ele não teria como sobreviver com 600 reais por ano, porque os artigos que ele não tem condições de produzir (óleo, sal etc.) custam uma fortuna no seringal.

Hoje o seringueiro do Acre recebe 1 real e 30 centavos por um quilo de borracha. Isso significa muito na vida daquelas pessoas. Quando eu assumi o mandato de senadora em 1995, havia 1.500 famílias vivendo do extrativismo no Acre. Este ano, a projeção é de 6.500 fa-

mílias. Uma lata de castanha, que custava 1 real e 50 centavos, este ano custa 4 reais. Isso altera significativamente a renda para essas pessoas. Nos outros governos, elas não tinham barco para escoar a produção, escolas, postos de saúde. Hoje nosso governo, junto com sindicatos, ONGS, associações e cooperativas, está trabalhando com tudo isso.

Animados com esses resultados, ousamos, inclusive, um neologismo: quando pessoas que moram em uma *cidade* têm acesso a bens, serviços e condições para desenvolver suas potencialidades, nós as consideramos cidadãos no feliz exercício da *cidadania*. No Acre, chamamos essa cidadania de *florestania*, porque, na verdade, somos um povo que mora dentro de uma floresta.

Queremos criar um novo conceito em relação ao que é qualidade de vida, de seres humanos que vivem numa certa harmonia com o seu hábitat. O trabalho como senadora representa ter um pouqui-

nho de poder, que permite algumas conquistas. Certo dia fomos ao Banco de Desenvolvimento da Amazônia, o Basa, que financia grandes projetos para o desenvolvimento da Amazônia. Ora, os seringueiros movimentaram aquela economia durante cem anos, chegando a representar 40% das exportações do país; eram os mais pobres, nunca haviam entrado em um banco para conseguir crédito. Entramos no banco – o governador do Acre, Jorge Viana, o representante do governador do Amapá, João Capiberibe, e eu – e ficamos das 9 horas até às 16 horas e 30 minutos discutindo uma proposta chamada Prodex, a primeira linha de crédito para os extrativistas da Amazônia. Hoje, são milhares e milhares de pessoas que podem comprar uma tarrafa, uma canoa, um motor de popa, qualquer coisa para melhorar o seu sistema de produção e a sua vida.

Quando estive na Itália, em 1986, me perguntaram que agenda eu

queria que preparassem. Respon-di: “Quero falar com a direção da Pirelli, porque tenho algumas idéias para apresentar a eles”. O padre que estava me ajudando achou um tanto esquisito: “Esse pessoal do mato é meio doido”. Fizemos a reunião, apresentamos a idéia do “pneu verde”: a Pirelli, multinacio-nal européia, italiana, criaria uma linha de pneus com 100% de bor-racha natural, comprando a maté-ria-prima dos seringueiros da Ama-zônia. Tínhamos por justificativa o fato de que eles nos cobravam pre-servar a Amazônia, mas não fixa-vam um preço para a borracha e a compravam da Malásia. Fiz uma exposição sobre essa idéia, os di-retores da Pirelli me recomendaram conversar com o presidente da Pirelli no Brasil. Eu o convidei a ir ao Acre, ele conversou com os se-ringueiros e há mais de três anos a Pirelli compra nossa borracha. Já está no mercado o pneu Xapuri, o “pneu verde” feito de borracha 100% nacional, e a Pirelli ainda tra-balha no projeto de qualificação e

treinamento para os seringueiros – por enquanto do Acre, embora a idéia seja ampliar esse processo.

Naquela mesma viagem à Itália, fomos a uma reunião com os fa-bricantes de móveis da cidade de Como, que são os melhores do mundo – uma peça feita por eles custa não sei quantos mil dólares. Eles montaram um auditório com vários empresários e operários das fábricas. Foi muito interessante, eles fizeram uma obra de arte belíssima. Era um tronco enorme, todo sapecado, escrito “Salvem a Amazônia”. Eu me senti a própria queimadora de floresta. Entrei já de cabeça baixa, humilhada. Aí pensei: “Engraçado, ‘salvem a Amazônia’ para cima de nós, ja-caré? Deixa eu conversar um pou-co com esse povo”. Propus o se-guinte raciocínio: se eles queriam nos ajudar a salvar a Amazônia, então deviam parar de comprar a nossa madeira em toras, porque uma árvore de mogno, lá no serin-gal, custa 20 reais. Uma árvore de mogno rende de seis a oito metros

cúbicos de madeira. Cada metro cúbico de madeira chega ao porto de Paranaguá a 800 reais e, na Europa, é transformado em camas belíssimas; cada metro cúbico dá pelo menos oito a dez camas de mogno, cada uma a 3 mil dólares. Se essa cama fosse produzida no Brasil, o seringueiro não teria necessidade de derrubar não sei quantas árvores para comprar um quilo de sal, uma lata de leite e algumas espoletas para caçar. Eles se sensibilizaram e nos doaram uma fábrica em Xapuri, levaram pessoas para serem treinadas na cidade de Como, ainda estão mandando aposentados para treinar mais pessoas, e nós criamos um pólo moveleiro que está sendo inaugurado não apenas com essa fábrica, mas com outras pessoas e investidores, inclusive aqui de São Paulo.

Acho que existem elementos desse desenvolvimento local que podemos explorar. Porque o velho modelo se rompe quando as pessoas percebem que é melhor

processar sua própria matéria-prima do que vendê-la a preço de banana para depois comprá-la a preço de ouro. Quando nós compreendemos o valor de nossa biodiversidade... se o suor do nosso sapo está rendendo 30 milhões de dólares para uma empresa multinacional, imaginem quanto pode render o nosso próprio suor!

Precisamos aprender a identificar os espaços que nos cabem e criar meios de ocupá-los. Acho que é isso que a nossa experiência local está fazendo, e qualquer projeto nacional que não considere essas experiências locais será incompleto. Isso não significa mitificar tais experiências em detrimento do conhecimento, da sistematização, da contribuição que os pesquisadores e os cientistas têm a oferecer a esse processo. Trata-se apenas de tentar demonstrar que de situações muito simples, às vezes, podem sair respostas muito complexas, até porque, com certeza, a simplicidade e a obviedade são o disfarce da sabe-

doria. Isso aprendi com os índios e com os seringueiros, que não param de nos ensinar, inclusive no governo do estado do Acre.

Tiro o chapéu para o Rio Grande do Sul, nossa referência em orçamento participativo. Propus ao nosso governador, Jorge Viana, fazer o orçamento social. Ele concordou. Temos um núcleo duro de pobreza com 30 mil famílias que vivem com menos de 1 dólar por dia. Com nosso programa social, nosso orçamento social, pretendemos atender 18 mil famílias este ano. E queremos chegar até o final do governo, em 2002, com as 30 mil famílias sendo atendidas com bolsa-escola, bolsa-primeiro emprego, bolsa-trabalho, renda mínima, bolsa-primeira infância. É um programa estrutural, que não é assistencialismo, mas transferência de renda associada à educação e a um projeto de desenvolvimento que possa realizar, mesmo que de forma apressada, um pedacinho dessa utopia que nós continuamos a projetar no futuro.

Miguel Rossetto

Primeiro, o tema da Federação. Nossa experiência tem mostrado que há uma exigência muito grande de aprofundar esse debate sobre a Federação. Penso hoje que esse tema deve ser identificado como elemento democratizador do Estado brasileiro, diante da dimensão e da natureza do Brasil. Vivemos um processo brutal de desconstituição da Federação associado a um processo de centralização nacional, do ponto de vista financeiro e, obviamente, político. Há uma reversão no último período em relação ao movimento da Constituição de 1988, que descentralizou recursos e, portanto, foi um movimento democrático que descentralizou as estruturas de poder, repartindo ou compartilhando esse poder de uma forma mais equilibrada nas suas obrigações e competências. E há um movimento passado de retirada desses poderes, por exemplo, no que se refere à competência dos estados quanto à tributação. Tirar, hoje, competên-

cia de tributação, ou o espaço de autonomia de tributação dos estados e transferir para a esfera da União, não há dúvida, representa uma diminuição brutal de poder político real dos estados. E, conseqüentemente, um processo enorme de centralização de poder político, com gravíssimas conseqüências para um país com as dimensões do nosso.

Então, pensar o tema da Federação como elemento de democratização do país, pensar melhores relações entre o que chamamos de entes federados – municípios, estados, União –, nos abrir para pensar como aquilo que tu propões, que alguns espaços já fazem parte de uma dinâmica política real. Por exemplo a região Sul e a região Nordeste.

Mas é óbvio que há uma grande distorção institucional na representação nacional. Por exemplo, só existe uma razão de ser do Senado, que é a competência para lidar com os temas específicos da Federação, e não como uma câ-

mara revisional do que deveria ser uma Assembléia do Povo, que é a Câmara Federal. E nós também temos brutais distorções no que deveria ser a nossa Assembléia Popular Nacional, por conta das diversas distorções na representação parlamentar.

Penso que cada vez mais devemos aprofundar o tema da Federação, compartilhar, constituir opiniões sobre ele. Um tema que o nosso partido tem pautado de uma forma positiva. Creio que a idéia da Federação como fragmentação de poder – fragmentação no sentido de repartição de poder – é um elemento democrático importante a ser perseguido. Evidentemente, não se trata aqui de recompor as velhas políticas regionais.

Quanto à questão do grande capital, Valter, já que o próprio Lenin dizia em vida que tínhamos de nos relacionar com o grande capital, e com o grande capital internacional, falo um pouco inclusive de uma relação não só estratégica ou teórica, mas bem concreta, da vida.

É evidente que não temos um programa que se organiza para atender a interesses do grande capital. Nosso programa estratégico não se organiza a partir dessa referência, e sim a partir da democratização de um processo de constituição de riqueza e, portanto, guarda relação com a visão antimonopolista da economia. E procuramos potencializar, estimular na relação concreta, relações privilegiadas com esses setores.

A relação que nós temos, e penso que é uma relação estratégica que dá algum conforto, embora não resolva todas as questões, é de natureza muito pragmática. Caso a caso, uma equação econômica, tecnológica, ambiental, social.

Quando, por exemplo, não concordamos com o padrão Ford, essa discordância não foi mediada pelo elemento ideológico. Em nenhum momento recusamos a presença da empresa Ford no estado do Rio Grande do Sul. Rompemos com aquilo que entendíamos ser uma relação rigorosa-

mente prejudicial aos interesses do Estado.

Mas não há quase preconceito ideológico. Dou alguns exemplos que muitas vezes nos surpreendem, como a questão tecnológica. Estamos, no Rio Grande do Sul, num processo de negociação com uma empresa que não é pequena, chamada Motorola. E a negociação que estamos produzindo com essa empresa é um processo de transferência de tecnologia. Estamos constituindo um centro de microeletrônica, de prototipagem de *chips* etc. com a Motorola. Estamos num processo intenso de discussão e negociação. É uma discussão ampla, que envolve as esferas estadual, municipal e as universidades públicas. Ou seja, é um centro da Motorola, mas um centro em que a empresa assume compromissos e tem seus objetivos. A Motorola quer formar mão-de-obra porque ela pensa, em algum momento, em produzir no Brasil e na América do Sul, em instalar uma fábrica, e não dispõe de mão-de-obra qualificada.

Então, temos uma equação de construção. Obviamente recusamos toda relação de transferência de recursos públicos. Queremos interromper essa orgia escandalosa de transferência de recursos públicos para o grande capital, esse processo de transferência direta e indireta, via benefício fiscal, e buscar uma relação muito pragmática, uma equação econômica, fiscal, ambiental e social.

Algo curioso que aconteceu em nosso estado, e vem acontecendo, é que a primeira empresa que se dispôs a submeter o seu planejamento estratégico ao povo gaúcho foi uma empresa de telefonia. Essa empresa, a Italian Telecom, comprou a CRT [Companhia Riograndense de Telecomunicações]. O que eles estão fazendo? Eles submetem o seu planejamento estratégico, no estado do Rio Grande do Sul, às deliberações do orçamento participativo municipal e regional, uma vez que eles têm o compromisso de atender os municípios com telefones públicos etc. É um mar-

co de relações interessante do ponto de vista do controle social e do aprendizado, do lado social da tecnologia, dos processos de controle tecnológico etc., que me parece o elemento mais importante.

Por fim, acho importante trabalhar com o conceito que Marina Silva e Celso Daniel trazem para nós: a meu ver, o tema da preservação do território, para nós, deve ser compreendido cada vez mais como tarefa popular. Essa noção serve para o Acre, serve para o município, serve para a região, serve para um estado, serve para um país. Ou seja, a tarefa interessa a um povo, a preservação – não só ambiental – do seu território. As elites cada vez mais enxergam o território como um elemento rigorosamente de contingência, quer dizer, vão embora a qualquer momento etc., e eu acho que é um conceito forte que ajuda inclusive a compreender as nossas políticas.

Como trabalhar com essa estratégia e recusar a idéia de que há um ambiente econômico rigorosa-

mente determinado na sua qualidade pelo câmbio, pela taxa de juros? Como desprezar – daí a minha idéia de equilíbrio – uma política econômica nacional e seu impacto direto sobre todos, especialmente as pequenas e microempresas, as cooperativas etc.? Como operar um sistema bancário, nós que dispomos de uma estrutura estatal e governamos dois bancos? Os dois bancos estatais que, na verdade, são governados por um sistema privado determinado pelo Banco Central, e que tenta nos impedir de emprestar, democratizar o crédito no volume que queremos, devido a um rígido enquadramento do Banco Central.

Então a idéia é combinar ou compreender o que são as possibilidades nas quais devemos apostar rigorosamente, extrair a maior qualidade possível dos espaços de poder que conquistamos, sem recuar uma grande agenda nacional e internacional que é determinante dessas experiências. Quando mencionei a experiência da ALCA, a po-

tência de um tratado internacional como vem sendo pretendido, penso que adotá-la significa rigorosamente abrir de mão de espaços de soberania para um país, para uma região que é um continente.

Ladislau Dowbor

Em relação ao problema do negro, na administração da prefeita Luiza Erundina eu coordenava o Conselho Municipal encarregado dessa questão, cuidando de suas relações com a Prefeitura de São Paulo, e tínhamos imensos problemas por causa das divisões internas do movimento. Era realmente trágico, só conseguimos unificá-lo porque tivemos um programa bom, que era trazer o Nelson Mandela. Conseguimos trazê-lo aqui e foi algo apoteótico.

Acho que esse tema é de imensa importância. É fantástico que um país que tem 44% da população diretamente ligada a uma origem africana não conheça nada de África. É trágico que o brasileiro tenha uma visão “tarzânica” da África. Ou

seja, é uma população que não conhece suas raízes. Não temos um livro decente de história das relações Brasil-África. Já propus a vários historiadores a criação de pelo menos um bom manual para introduzir esse tema nas escolas e coisas do gênero. Isso é uma batalha...

E vai ser assim enquanto os próprios grupos do movimento não se juntarem para empurrar essas ações. Meu convite continua de pé para montarmos um estudo desse tipo, como tem acontecido nos Estados Unidos e em outras partes. Conversei com a Fundação Ford e ela está interessada em financiar um projeto desse tipo, mas o essencial é conhecer. Vivi sete anos na África, o que me deu uma visão da riqueza cultural dessas origens... isso é fantástico.

Temos uma grande batalha pela frente, que é a da comunicação local. É curioso que o monopólio da mídia não figure na linha de frente das nossas agendas políticas. Achamos que se o governo não corta não há censura. É uma imen-

sa bobagem, qualquer jornalista sabe que se fizer uma matéria um pouco delicada politicamente a resposta vem lá de cima: “Caiu a pauta”. “Caiu a pauta” é o nome moderno da tesoura. É censura privada, sim. Oito famílias controlam a mídia neste país. Não temos estudos sobre estruturas de poder da mídia.

Por que isso se relaciona diretamente com o negro? Porque o desenvolvimento das televisões comunitárias, das rádios comunitárias, que exigem investimentos extremamente pequenos, permite que as diferentes comunidades, os diversos movimentos, tenham voz, possam se articular. Se o movimento negro esperar para “se ver na Globo” vai ficar esperando o Carnaval. Devemos criar a capacidade de comunicação correspondente aos nossos objetivos políticos. Acho isso sumamente importante.

Valter Pomar tem toda razão em enfatizar que o Banco Mundial, as Nações Unidas e diversas organizações multilaterais compraram

radicalmente o discurso da participação. Olha, tenho tirado trechos de publicações do Banco Mundial que todo mundo pensa que é citação de um documento do PT. É radical. Outra coisa é dizer que isso é mau.

No Banco Mundial há uma direção política, óbvio, predominantemente norte-americana. Mas os técnicos que produzem esses relatórios vêem com imensa preocupação o tipo de ruptura social, que eles chamam de fratura social, que está se gerando no planeta, porque simplesmente olham para a frente. São dezenas de milhões que estão morrendo com Aids, são guerras que estão pipocando por todos os lados, a situação é absolutamente dramática. Ninguém controla a venda de armas no mundo (48% das exportações de armas são feitas pelos Estados Unidos)... Temos de ser realistas e saber utilizar as contradições que existem nesses sistemas.

Então, ao retomar o ciclo político, não dá para ver tudo como um

tipo de perversidade maligna, digamos, do símbolo do mal. Realmente há uma preocupação em fazer as coisas funcionarem, eles estão constatando que as coisas funcionam com sistemas descentralizados participativos, e não só no Canadá, país rico, por exemplo. Veja a província de Kerala, na Índia. É impressionante, eles têm uma mortalidade infantil de 17 por 1.000, a metade da mortalidade infantil do Brasil, com uma renda *per capita* de 300 dólares por ano. Se o Banco Mundial acha bom, ótimo.

Quanto ao comentário de Paul Singer, acho que deveríamos propor à mesa claramente o seguinte tema: vamos pensar a cidade não como segmento, mas como unidade de acumulação na qual temos de construir a relação cidade-campo, e não só fazer a reforma agrária, porque a dominância das decisões está nas cidades. Temos de pensar as pequenas e médias empresas articuladas com políticas de emprego, políticas sociais etc. Basta considerar, por exemplo, Belo Ho-

rizonte, onde o programa de compra da merenda escolar foi articulado com a pequena produção de agricultores no cinturão verde.

Acho que temos a missão de pensar um planejamento integrado, local, e vejo a cidade como uma unidade equilibrada de acumulação a ser construída a partir da própria população. Essa linha, na qual já deveríamos estar trabalhando, tem um potencial gigantesco. Foi feita uma pesquisa tempos atrás em Bertioiga (SP), e descobriu-se que de cada 100 reais que o cidadão de Bertioiga deposita nos bancos locais 92 reais são aplicados fora da cidade. Em vez de a poupança da população servir para financiar investimentos locais, geração de empregos e de riqueza, é investida na ciranda financeira pelos bancos.

O que se está fazendo com microcrédito, com crédito solidário etc.? O controle sobre a própria poupança está sendo recuperado pela população. Este é um grande eixo de batalha. Estou cansado de ter minha conta num gran-

de banco privado, pagando taxas inimagináveis, que eu não entendo. É claro que se amanhã houver a possibilidade de eu colocar essa poupança num sistema alternativo vou fazê-lo, e há espaço para isso. E essa situação não é específica de países pobres, Bangladesh etc. Também acontece na França, as pessoas estão cansadas. Isso me leva a outra dimensão: há uma imensa diferença qualitativa entre a pequena e a média empresas e a grande empresa. Para nós, são todas capitalistas. Não são. A grande empresa é uma estrutura político-cultural de dominação mundial. Afinal, quem sustenta a mídia no mundo? Os gastos anuais são de 435 bilhões de dólares.

Há o exemplo da revista *Esquire*, que publicou uma pesquisa sobre sexualidade americana que não foi muito generosa para com o potencial norte-americano – dos homens, pelo menos. Foram questionados pelas empresas de publicidade e responderam: “Vocês fazem publicidade, linha editorial é conosco...”.

Visão americana, liberdade de imprensa. Chegaram a um acordo, a revista tem a liberdade de publicar o que quer e as empresas de publicidade têm a liberdade de anunciar onde querem. Essa é a liberdade de imprensa.

Creio que as grandes multinacionais, o grupo de 500 ou 600 transnacionais que são as grandes galáxias de poder, merecem um estudo particular de nossa parte, porque elas estão se articulando como poder político. Um presidente da Coca-Cola declarou que elas constituem os novos articuladores mundiais e ponto. Elas, as empresas transnacionais. E é completamente diferente a forma como são socializados ou não os meios de produção da oficina da esquina, da padaria, da pequena e média empresa em geral. Houve uma ruptura, a meu ver, em dois universos nesse processo, e temos de trabalhar de maneira diferenciada.

Vou falar rapidamente sobre a ALCA. Considero que a ALCA, para

nós, é perniciososa. A União Europeia criou sua moeda, houve várias tentativas para desestabilizá-la, mas existe hoje o euro, pela primeira vez um contrapeso ao dólar. Existe também uma fortíssima progressão da China, uma rearticulação asiática. Os Estados Unidos diante disso querem assegurar um quintal.

Para nós, é óbvio que o que interessa, quando há economias ou blocos muito mais fortes do que nós, é sorrir um pouco para um, um pouco para outro e manter nessa equidistância um mínimo de equilíbrio, porque é o único meio de negociação que temos. Entrar na ALCA e virar um quintal norte-americano é perder toda capacidade de negociação do nosso espaço.

Foi mencionada aqui a atrofia da esfera pública. Gostaria de lembrar o seguinte: o último relatório do Banco Mundial traz bons dados. Segundo o relatório de 1997, nos países desenvolvidos o Estado gera em média 50% do PIB, e nos países subdesenvolvidos, 25%. Além de termos um PIB proporcio-



nalmente menor, nossos Estados administram partes menores do PIB do que os Estados de países desenvolvidos. Nós temos Estados muito pequenos.

Além disso, em nenhum lugar o Estado está diminuindo, não diminuiu durante as administrações de Margaret Thatcher, na Inglaterra, e nem de Ronald Reagan, nos Estados Unidos. O Estado norte-americano não diminuiu com o primeiro Bush e não vai diminuir com o segundo simplesmente porque na sociedade o consumo público está aumentando. O anti-Estado vende bem. A revista *The Economist* fez recentemente um comentário simpático, dizendo que as críticas ao governo vão muito bem, e o Estado também vai muito bem, obrigado.

Essa idéia de que no socialismo seremos todos iguais é um equívoco. Eu espero que sejamos menos desiguais. Para sermos completamente iguais, teríamos de ter

tais níveis de controle que é melhor evitar.

Mas há um ponto interessante: nenhuma pessoa precisa, individualmente, de uma fortuna de mais de 50 milhões de dólares. Se cortássemos esse tipo de fortuna, cortaríamos a base do poder político, porque aí já não se trata mais de capacidade de consumo, mas de capacidade de manipulação política da sociedade. Quer dizer, tanto a extrema riqueza como a extrema pobreza são patológicas para qualquer sociedade. E é perfeitamente viável sugerirmos propostas para uma e para a outra, tanto uma renda mínima como uma renda máxima. A fortuna pessoal do Bill Gates está atingindo o nível do PIB da Inglaterra. Isso é patológico. Uma publicação das Nações Unidas, comentando a situação de cerca de 400 pessoas que têm uma riqueza pessoal maior do que a renda da metade mais pobre da população mundial, diz que esta situação é obscena.

Sobre os autores

CELSO DANIEL nasceu em Santo André em 1951. Era engenheiro civil, mestre em administração e doutorando em ciência política e cumpria seu terceiro mandato como prefeito de Santo André (1989–1992, 1997–2000, 2001–2004). Durante o período de 1994 a 1996 exerceu mandato de deputado federal, atuando na Comissão de Reforma Tributária e Fiscal. Era o coordenador-geral do Programa de Governo do Partido dos Trabalhadores para a Presidência da República.

Foi professor de administração pública na Fundação Getulio Vargas, e de economia na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Teve papel ativo na fundação do Consórcio Intermunicipal das Bacias do Alto Tamanduateí e Billings (1990), da Câmara Regional do Grande ABC (1997) e da Agência de Desenvolvimento Econômico do ABC (1998), no qual cumpria a função de diretor-geral.

Recebeu, como prefeito de Santo André, as seguintes premiações: “Prefeito Criança” da Fundação Abrinq pelo trabalho Andrezinho Cidadão em 1999 (finalista); pela Fundação Getulio Vargas/Fundação Ford os prêmios Gestão Pública e Cidadania, em 1999, pelo Programa de Modernização Administrativa, e em 2000 pelo Programa Integrado de Inclusão Social (destaque) e pelo trabalho de Coleta Seletiva (finalista).

Foi assassinado em janeiro de 2002, em São Paulo.

MARINA SILVA nasceu em Seringal Bagaço em 1958. É historiadora e senadora do Acre pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Foi secretária nacional de Meio

Ambiente e Desenvolvimento do PT (1995-1997), membro titular da Comissão de Assuntos Sociais e da Comissão de Educação do Senado Federal, membro do Centro de Trabalhadores da Amazônia (CTA) e vice-coordenadora da Central Única dos Trabalhadores (CUT) no Acre (1984-1986), a qual fundou juntamente com Chico Mendes. É co-autora e co-organizadora do livro *O desafio da sustentabilidade – Um debate socioambiental no Brasil*, publicado pela Editora Fundação Perseu Abramo em 2001.

MIGUEL ROSSETTO nasceu em São Leopoldo (RS) em 1960. É técnico em mecânica e cientista social. Iniciou sua militância política no final da década de 1970 na organização da oposição ao Sindicato dos Metalúrgicos de São Leopoldo, concorrendo como primeiro candidato a presidente numa chapa de oposição. Participou do movimento de fundação do Partido dos Trabalhadores desde 1979 e integrou a primeira executiva nacional do partido. Foi presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Pólo Petroquímico por duas gestões, entre 1986 e 1992. Foi secretário de Formação Política e secretário de Política Sindical da Central Única dos Trabalhadores (CUT) de 1992 a 1994. Elegeram-se deputado federal em 1996 e vice-governador do Rio Grande do Sul em 1998.

LADISLAU DOWBOR nasceu na França em 1941 e vive no Brasil desde 1951. É formado em economia política pela Universidade de Lausanne, Suíça e doutor em ciências econômicas pela Escola Central de Planejamento e Estatística de Varsóvia, Polônia (1976). Foi consultor do Secretário Geral da ONU na área de Assuntos Políticos Especiais (1980-81). Dirigiu vários projetos de organização de sistemas de gestão econômica, na qualidade de assessor técnico principal das Nações Unidas. No período 1989-92 foi secretário de Negócios Extraordinários da Prefeitura de São Paulo, respondendo em particular pelas áreas de meio ambiente e de relações internacionais. Atualmente é professor titular no departamento de pós-graduação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e da Universidade Metodista de São Paulo. É autor de mais de uma dezena de livros, entre os quais *A Reprodução Social, estudo de sistemas de gestão descentralizada*; *O Mosaico Partido: a economia além das equações*; *Tecnologias do conhecimento: os desafios da educação*, pela editora Vozes. Textos disponíveis na *home-page* <http://ppbr.com/ld>.

Programa do segundo ciclo de seminários

Socialismo e Democracia realizado no primeiro semestre de 2001

Os seminários foram promovidos pelo Instituto Cidadania, pela Fundação Perseu Abramo e pela Secretaria Nacional de Formação do Diretório Nacional do PT

26 de março – Perspectivas que a vitória das esquerdas nas eleições municipais de 2000 abre à construção do socialismo.

Expositor: Luiz Inácio Lula da Silva (Presidente de Honra do PT)

Comentadores: Marta Suplicy (prefeita de São Paulo), Raul Pont (ex-prefeito de Porto Alegre) e Luiz Dulci (presidente da Fundação Perseu Abramo)

9 de abril – Perspectivas que o desenvolvimento local e a distribuição de renda abrem à construção do socialismo.

Expositor: Celso Daniel – prefeito de Santo André
Comentadores: Ladislau Dowbor (professor da PUC-SP), Marina da Silva (senadora pelo Acre) e Miguel Rossetto (vice-governador do Rio Grande do Sul)

23 de abril – O orçamento participativo como um dos pressupostos políticos da construção do socialismo.

Expositor: Olívio Dutra – governador do Rio Grande do Sul

Comentadora: Maria Victoria Benevides (professora da USP e da Escola de Governo)

7 de maio – Papel dos sindicatos e cooperativas ante as mudanças nas classes sociais e suas lutas, na perspectiva do socialismo.

Expositor: Fernando Haddad – professor da USP
Comentadores: Gilmar Mauro (dirigente nacional do MST), João Felício (presidente nacional da CUT) e Ricardo Antunes (professor da Unicamp)

21 de maio – A luta pela terra e a organização dos assentamentos como contribuição para a construção do socialismo.

Expositor: Plínio de Arruda Sampaio – ex-deputado federal e consultor da ONU

Comentador: José Graziano da Silva (professor da Unicamp)

4 de junho – Perspectivas que a revolução microeletrônica e a internet abrem à luta pelo socialismo.

Expositor: Laymert Garcia – professor da Unicamp
Comentadores: Bernardo Kucinski (professor da USP), Maria Rita Kehl (psicanalista) e Walter Pinheiro (líder do PT na Câmara dos Deputados)

18 de junho – Alternativa socialista ante a globalização financeira.

Expositor: Reinaldo Gonçalves – professor da UFRJ
Comentadores: João Sayad (secretário de Finanças de São Paulo), Ronald Rocha (dirigente nacional do PT) e Tânia Bacelar (secretária de Planejamento de Recife)

Leia também da coleção
Socialismo em discussão

Orçamento participativo e socialismo
Olívio Dutra e Maria Victoria Benevides

Globalização e socialismo
Maria da Conceição Tavares, Emir Sader e Eduardo Jorge

Classes sociais em mudança e a luta pelo socialismo
Francisco de Oliveira, João Pedro Stedile e José Genoino

Economia socialista
Paul Singer e João Machado

O indivíduo no socialismo
Leandro Konder e Frei Betto

Instituições políticas no socialismo
Tarso Genro, Edmilson Rodrigues e José Dirceu